



**ATA N.º 2/2014**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**  
**MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA**  
**EM 28 DE ABRIL DE 2014**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de catorze de abril de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;**
- PONTO 2 - Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do Ano de 2013;**
- PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento ao Associativismo de Caça de Pesca;**
- PONTO 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento ao Associativismo Cultural, Recreativo, Desportivo e Juvenil;**
- PONTO 5 - Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Ação Social;**
- PONTO 6 - Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para o Núcleo Local de Inserção.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou estarem reunidas as condições para poder dar início à segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal congratulando-se com a presença de todos e desejando, à semelhança das reuniões anteriores, que estas sejam proíficas e que tragam uma mais-valia para o concelho de S. João da Pesqueira. Dirigiu uma palavra de apreço ao público presente. Declarou abertas inscrições para que o público possa intervir. Não foram rececionadas inscrições.

De acordo com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e com o n.º 3 do artigo 54.º do Regimento em vigor, foi pedida a substituição do Presidente de Junta de Freguesia, Senhor António Augusto da Costa pelo Senhor Carlos Jorge Proença Sobral dada a impossibilidade da sua presença.

Procedeu de seguida à chamada dos membros que constituem a Assembleia Municipal. Registando-se a presença de todos, continuou os trabalhos.

**Período Antes da Ordem do Dia**

O Presidente da Assembleia esclareceu que apesar de no Regimento se encontrar prevista a realização destas reuniões, na última sexta-feira do mês ou, em caso de coincidência com um feriado, as mesmas sejam antecipadas,

para a segunda-feira anterior, pelo facto do concelho de S. João da Pesqueira se encontrar à data em festividades, comemoração da Páscoa, entendeu marcá-la para esta data. Espera não ter trazido qualquer inconveniente aos Senhores Membros desta Assembleia. Posto isto, pôs à discussão e aprovação a ata anterior.

Inscreveram-se para intervir as Senhoras Helena Monteiro, Marcolina Sequeira e o Senhor Silva Fernandes.

A Senhora Maria Helena no uso da palavra desejou boa tarde a todos. Em relação ao ponto três da ata anterior, fez uma reflexão sobre a substituição do membro designado pela Assembleia Municipal como representante na CPCJ. Relativamente a este ponto referiu que a sua reflexão não teve qualquer sentido crítico, mas apenas pretendeu partilhá-la. No dia 16 de abril, decorreu neste mesmo local, uma conferência subordinada ao tema "Comportamentos e Maus Tratos na Infância". O texto do *email* recebido tinha a seguinte frase: "seria para nós uma honra contar com a sua presença". Para nós tem implícito quem convida a comissão na pessoa do Senhor Presidente. Com certeza que foi, não só para a comissão verificar o empenho de algumas pessoas, com a sua presença na sessão, como foi também um privilégio poder ouvir uma técnica, com larga experiência, e refletir numa temática que tem que ser olhada, cada vez mais com bastante seriedade. Entendeu, a presença nesta sessão como uma honra e obrigação positiva, dirá mesmo, uma missão. Repetiu um pensamento de Almeida Garrett: "sentir é viver ativamente". Quando se lida e trabalha com crianças, é preciso sentir e viver o seu sentir para viver de forma ativa para elas e com elas. Dada a importância desta temática, causou-lhe surpresa a ausência da representante na CPCJ recentemente eleita pela bancada do PSD nesta Assembleia. Ressalva poder ter havido indisponibilidade da pessoa em causa para estar presente na sessão. Disse ser importante o empenho das pessoas quando se envolvem nas situações.

A Senhora Marcolina Sequeira desejou boa tarde a todos e começou por aludir que, na última reunião, quando referiu a "revisão literária da ata", não pretendeu colocar, em causa, a competência dos seus redatores, mas apenas que, à mesma deveria ser feita alguma correção morfosintática. Deu os parabéns e comprovou aquilo que já sabia. A presente ata é o reflexo daquilo que esperava das pessoas que compõem a mesa.

O Senhor Silva Fernandes começou por cumprimentar a mesa, o executivo e restantes Membros da Assembleia. Ressalvou o facto de ninguém criticar ninguém no sentido negativo. Aquilo que faz é dar uma opinião, independentemente de concordarem ou não, e, havendo correções a fazer, é com o propósito de que os assuntos fiquem mais claros. Tem alguns apontamentos que gostaria de clarificar: na página dois, diz que entregou à mesa um requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara relacionado com o património do município e das Juntas de Freguesia com interesse público. Considerou que a expressão "interesse público", não corresponde completamente ao que queria dizer, podendo-se confirmar com o que está escrito no documento; no mesmo sentido solicitou uma relação exaustiva do património do concelho, bens imóveis, rústicos e urbanos, propriedade do município e de cada uma das Juntas de Freguesia; quando no documento fala em interesse público, alínea a) do terceiro ponto, e portanto pode ser redutor, gostaria que fosse corrigido e mencionado tal qual está no requerimento. Fez a observação de que quando na ata se diz que interveio o Senhor António José, pensa que seja o Senhor Balça, mas caso seja, entende

que devem ser tratados sempre pelo mesmo nome, uma vez que na página sete aparece o Senhor António Balça; na página cinco lê-se na ata "no entanto quem decide por aqueles que são mais importantes e mais bem apetrechados". Sugere que a mesa repita a audição da gravação, porque quando falou "nos mais esclarecidos e melhor apetrechados" se referia aos IPOS do Porto, Coimbra e Lisboa. Em relação ao funcionamento das reuniões da CIMDouro lembra que as atas têm muita importância, transmitindo o que se passa e as decisões tomadas. Quanto ao assunto tratado, na página vinte e dois, diz não ter lastimado o facto de não ter sido convidado para estar presente no GAE, pois pensa que como Membro da Assembleia não tem que ser convidado, mas sim ser informado, pois os convites são para pessoas estranhas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta ao Senhor Silva Fernandes agradece as intervenções e o facto de verem nesta ata uma mais-valia em relação à transata, mas também reconhece que é demasiado extensa o que, de algum modo, pode comprometer a fidelidade de uma reunião de Assembleia Municipal ou de outra qualquer. Deve-se cingir ao definido no Regimento e na Lei n.º. 75/2013, onde se legisla que uma ata deve refletir, com coerência o que se possa numa reunião não tendo, necessariamente, de ser uma transcrição à exaustão como exigem que seja. Falando pela mesa acrescenta a preocupação com a veracidade e coerência do que é dito em reunião. Posto isto, colocou a ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Passou à informação da correspondência recebida, designadamente do correio eletrónico enviado pelo Senhor Silva Fernandes sobre o património municipal, uma proposta para beneficiar o Regulamento aprovado na última Assembleia sobre o Apoio ao Cooperativismo, que foram remetidas ao Senhor Presidente da Câmara; informou que a Associação de Estudos de Direito Regional e Local dispõe de uma revista que pode ser interessante subescrever; do envio de um documento da AEDRL em defesa da Escola Pública; de nova missiva, dando conta de uma reunião da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Alto Douro; do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, deu conhecimento de carta rececionada a informar as autarquias sobre um conjunto de reformas legislativas e regulatórias no setor dos resíduos sólidos urbanos; do Município de Moimenta da Beira uma moção sobre o encerramento dos tribunais; quanto ao teor das moções enviadas para os vários membros do Governo e Instituições disse esperar que o feedback transmitido seja mais do que a mera informação da sua receção. Foram abertas inscrições sobre a moção "Em defesa da escola pública".

O Senhor Silva Fernandes sobre esse documento disse nunca ter ouvido ninguém afirmar a sua posição contra a escola pública e enalteceu os contratos de autonomia. Considerou que o problema da escola pública em Portugal passa por outra razão muito mais simples, citou a resposta de Albert Camus quando recebeu o prémio Nobel e lhe perguntaram "o que estava a sentir e a pensar", ao qual respondeu "lembrei-me da minha mãe e do meu professor primário"; referiu que os professores marcavam os jovens e as crianças até à sua idade adulta; Corroborou a ideia com o recente livro da Doutora Filomena Mónica sobre a escola pública em Portugal, onde revelou que, nas aulas, desde pintar as unhas, mandar mensagens, jogar às cartas, fazer barulho, falar ao telemóvel e bater nos professores tudo acontece; estas situações levam a que de facto se criem mais desigualdades; mesmo os que

defendem a escola pública estão a criar estas mesmas desigualdades. Reconheceu que quem detém poder económico, coloca os seus filhos em escolas privadas; referiu que quando uma professora é esmurrada por um aluno de 15 anos e depois é suspensa, recomendando-se cuidados médicos, leva a pensar-se se é esta a escola pública a defender; mais acrescentou que este tipo de escola não defende.

O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu a reunião questionando os grupos de trabalho em função, solicitando que se manifestassem, caso tivessem conhecimento de algum facto a realçar. Dos dois elementos da Assembleia, recentemente eleitos, para representação no ACES e na CPCJ, disse não ter a referir qualquer informação.

O Senhor Silva Fernandes relativamente à CIMDouro, onde estivera no dia 17 de abril, disse ter contactado o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a quem deve essa obediência, para saber se havia algum assunto que devesse aí abordar ou se pudesse debruçar relacionado com o concelho de S. João da Pesqueira; teceu alguns comentários sobre a CIMDouro, classificando-a como um organismo híbrido, com delegação de competências do governo as quais deveriam estar nas Câmaras, o que o levou a classificar a CIMDouro, em plena sessão, "do chamado folclore democrático que temos neste país" e que esse organismo, tal como outros, "parece ter sido criado para garantir o centralismo democrático do governo, o centralismo local da câmara e o resto é folclore democrático"; pensa ser isso que está a acontecer na CIMDouro; informou que foi uma reunião muito participada havendo felizmente nessa assembleia, elementos representativos, o que não acontecia anteriormente; foi garantido, pelo Presidente da CIMDouro que vai passar a dar informação a todos os seus Membros do teor das reuniões; Passou à leitura do documento que abaixo se transcreve e que foi posteriormente entregue à mesa:

#### "Participação na Sessão 01 da CIMDOURO (17-04-2014)

Antes da sessão de 17-04-2014 tentamos, em 10-04-2014, junto do Executivo, obter informação sobre os temas da Agenda, bem como a indicação de eventuais assuntos a tratar na referida sessão.

Como resposta a de não haver qualquer indicação limitaremos o nosso relato ao que de mais importante se tratou na referida sessão.

#### 1 – Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal

Foram apresentados a sufrágio os nomes propostos pelo conselho Intermunicipal, que foram eleitos com seis votos contra, seis votos nulos e seis brancos.

2 – Alteração e aprovação dos Estatutos da CIMDOURO, por necessidade de adaptação ao previsto na lei 75/2013.

3 – Aprovação das Contas referentes ao ano de 2013, com trinta e um votos a favor e cinco abstenções.

#### 4 – Deliberação sobre:

- Mapa de pessoal:

Aprovado com algumas críticas quanto ao número de pessoas e respetivos custos, considerados exagerados, pois representam vinte e cinco por cento do total das despesas.

- Opções do Plano e Orçamento para 2014,

Constatou-se que num Orçamento de 1.700 mil euros de receita, 78,8% ou seja 1.338 mil Euros, provêm de fundos Comunitários.

A pergunta que se coloca é: e quando os Fundos Comunitários acabarem, o que acontece à CIMDOURO?

Para agravar a situação, verifica-se nas Despesas, na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços o valor de 1.142 mil euros, dos quais 773 mil euros em aquisição de serviços, nomeadamente contratação de consultores para acompanhamento das atividades.

5-Actividades para 2014

5.1-Capacidade institucional da CIMDOURO

- Gestão, acompanhamento e monitorização
- Mobilidade rural: transportes rurais e escolares

Reflexão estratégica do sistema organizativo dos transportes na área da CIMDOURO

- Desenvolvimento sustentável:

Plano de ação para a sustentabilidade energética

- Empreendedorismo local: intervenção nas escolas
- Acolhimento empresarial:

Deteção de espaços para instalação de empresas

- Empresarialização do sector das águas e saneamento.
- Criação de estruturas de apoio aos Municípios para apresentação de candidaturas

5.2 – Promoção de eficiência energética

5.3 – Modernização administrativa

5.4 – Comemoração dos 10 anos do Alto Douro Vinhateiro

Colocação de Marcas Pombalinas, com custo de 32.000 € foi considerado um exagero e desnecessário.

5.5 – Aquisição de equipamento de proteção individual para o combate a incêndios florestais.

O material destina-se aos Bombeiros da área da CIMDOURO.

Foi levantada a questão de que o dinheiro devia ser gasto na prevenção.

5.6 – Elaboração da estratégia territorial de Desenvolvimento do Douro.

28/Abril/2014

Silva Fernandes

Defende, que muito do que a CIMDouro está a fazer, já os municípios também o fazem. O problema é saber se não haverá duplicação de trabalho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal enquanto secretário da mesa da CIMDouro justificou a ausência da mesma pelo facto de se encontrar fora do país no período em que decorreu a Sessão, mas que considerou bem representado o Município de S. João da Pesqueira. Colocou, à Assembleia Municipal o assunto que se prende com a deliberação tomada na última sessão relacionada com a moção apresentada pela Senhora Maria Helena – em representação do PNT, passando à leitura da mesma. Como lhe competia, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para solicitar que lhe fosse entregue um orçamento de custos para levar a efeito o proposto. Contrariando, a mesma, os custos para que haja uma sessão *online* dos trabalhos da Assembleia ficam em quatro mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e treze cêntimos, o que de todo, parece ser um valor bastante significativo, o que permite fazer um juízo de valor desta ação. Passou a palavra à Senhora Helena Monteiro para uma possível correção à mesma, dado os custos contrariarem a essência da proposta e para que, posteriormente, a possa colocar, novamente, à discussão da Assembleia Municipal.

A Senhora Maria Helena esclareceu que essa proposta foi do grupo do PNT, pensa que por uma questão de modernidade e de proximidade aos

eleitores, seria pertinente que fosse levada a efeito. Quanto aos custos, não lhe compete decidir sobre o valor monetário e que a Assembleia já tinha aprovado a proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou que na mesma proposta, estava bem explícito que não havia qualquer custo. O que está a transmitir é que há um custo inerente a essa situação que se aproxima dos cinco mil euros. Acrescentou que se deu ao trabalho de visionar *online* uma reunião de Assembleia Municipal. Pelo que observou, os custos são elevados para o tipo de serviço prestado pelo que pede que a moção seja revista e colocada a uma nova votação.

O Senhor Sebastião Mesquita considerou também um custo elevado, mas face às tecnologias que a câmara dispõe, neste momento, pouco mais precisará de acrescentar para que possa ser efetuada uma transmissão *online*. Considerou que as reuniões devem ser transmitidas *online*, por ser importante para os eleitores, sendo esta uma questão de abertura de divulgação e de conhecimento para toda a gente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a questão de custos não é um aspeto que lhe diga diretamente respeito, mas apenas a fiscalização e a parte deliberativa da Assembleia Municipal pelo que passará a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que conforme fora deliberado, e a pedido do Senhor Presidente da Assembleia, contactara os serviços técnicos da câmara, para acoplar aos serviços de que já dispõem, o material necessário, a fim de fazer essa transmissão *online* e os valores que recebera foram os que transmitira ao Senhor Presidente da Assembleia. Não descartando essa possibilidade e, uma vez que a Câmara já possui outras formas de divulgação, e face aos custos agora apresentados, poderá não ser pertinente esta forma de divulgação. A ideia que ficou retida, valorizada e que levou à aprovação por unanimidade esta moção, foi a referência explícita nela contida, da inexistência de custos.

A Senhora Maria Helena voltou a frisar que foi uma proposta aprovada por unanimidade e solicita que se registre em ata que o município não tem dinheiro para a sua concretização.

O Senhor Fernando Pereira afirmou que a proposta foi aprovada por unanimidade, não pela única e exclusiva razão de ser difundida via internet, mas que efetivamente existem custos. Corroborando o Presidente, questionou se merecerá a pena tal investimento face aos meios de que a Câmara já dispõe para levar ao conhecimento dos cidadãos interessados os trabalhos da Assembleia. Frisou as limitações físicas da transmissão das imagens, nomeadamente do posicionamento das pessoas no decorrer das reuniões, voltando a referir que a proposta foi aprovada por unanimidade, no conjunto dos pressupostos apresentados; a partir do momento em que um deles cai, obviamente é sua posição que a moção possa ser novamente analisada e colocada a votação. Reforçou que faz todo o sentido que assim seja, porque foi apresentada inicialmente sem custos.

O Senhor Joaquim Monteiro considera que o Senhor Fernando Martins deveria ter discutido isso quando foi apresentada a proposta. Reitera que foi votada por unanimidade, considera ser fundamental manter a decisão.

O Senhor Fernando Pereira lembrou que de facto a votação foi por unanimidade e que se deve seguir em absoluto o teor da proposta ou seja que se faça a retransmissão *online* sem custos. Recordou que os custos rondam os cinco mil euros, mas questionou o que fariam se fossem da ordem

dos cem mil euros. Como é que era? Aprovava-se e ia-se fazer esse gasto? Considerou não estar em causa a mudança de opinião, mas sim olhar-se aos factos concretos e deixar-se a parte política de fora.

O Senhor António Froufe entendeu que se se quiser dignificar o nosso concelho, dever-se-ia dar continuidade à proposta, porque assim se daria oportunidade aos imigrantes de poderem acompanhar o que se passa no seu concelho. Considerou os custos pouco avultados, apesar de não deixarem de ser perto de cinco mil euros. Desconhecendo se esse valor se reporta a uma sessão ou se ela é indexada a todas. Considerou que se os custos fossem de cem mil euros, seria errado, mas os apresentados são um valor ao alcance da Câmara.

O Senhor Joaquim Monteiro considerou que a implementação que a Câmara quer fazer de um jornal local será bem mais cara, desconhecendo-se ainda os seus custos, mas que os da proposta em discussão serão menores. Não deixou de apoiar esta iniciativa, dizendo que a informação é importante e que dignifica o concelho. Considerou que tem de se começar a liderar e na linha da frente. Recomendou poupança, pois são quatro mil euros para que pudesse usufruir deste avanço tecnológico. Assim sendo, pretende que se mantenha a decisão tomada pela Assembleia.

O Senhor Sebastião Mesquita, num ato de poupança, voluntariou-se receber as novas convocatórias e documentação das Sessões da Assembleia por *email*. Entendeu que a presente reunião ficará bem mais cara do que os quatro mil euros que custará a transmissão *online*.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se ao Senhor Sebastião Mesquita para apoiar a ideia da distribuição dos documentos pela via indicada, mas relembra a necessidade de se dirigirem posteriormente à Câmara para os imprimir. Relativamente à proposta, questionou se não chegaria apenas a divulgação áudio da reunião, dispensando a transmissão de imagens. Considerou pertinente o estudo desta solução. Relembrou que a proposta foi aprovada por unanimidade e considerou importante um estudo mais cauteloso por parte da Assembleia e retomar o assunto em Assembleia futura.

A Senhora Lourdes Marinho pediu desculpa pela frontalidade, mas reconheceu que o 25 de abril trouxe a democratização, o acesso à escola em massa, mas não trouxe cultura, o que lastima, não valorizando à exaustão, a mais-valia deste serviço, *online*. Reconheceu, no entanto, que não está em causa o seu voto favorável à proposta, mas concorda que perante os gastos que agora se apresentam, a proposta deveria ser remodelada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao tema sobre a Escola Pública, abrindo espaço para inscrições, tendo-se inscrito os Membros: Senhoras Marcolina Sequeira, Maria Helena, Anabela Lopes e os Senhores Eduardo Coelho, Vítor Monteiro, Joaquim Monteiro, Silva Fernandes, Paulo Bito, Fernando Pereira e António Froufe.

A Senhora Marcolina Sequeira tomou a palavra dizendo não querer tratar o assunto de forma extemporânea, mas enquanto professora, não pode deixar de dar a sua opinião. Não defende a escola pública da mesma forma que o Senhor Silva Fernandes o demonstrou e gostava que o Senhor Presidente da Assembleia e a Senhora professora Maria Helena a ajudassem, por estarem "no mesmo barco". Acredita que esta defesa vai no sentido da valorização da escola pública, mesmo em termos de injeção de dinheiros públicos porque está a ser descapitalizada e a verba que deveria ser investida para a existência de uma escola pública de qualidade, está a ser canalizada para o

ensino particular. A falta de valores que hoje em dia acontece na escola pública, deriva das sucessivas políticas educativas que têm desacreditado e descredibilizado professores que passam a ser mais "baby sitters" dos alunos, do que propriamente transmissores do conhecimento. Compete fazer-se de tudo, pois os pais demitem-se completamente da educação que dão em casa e os professores é que têm todos os conflitos, receber, moldar e tentar educar todo o tipo de alunos, porque se sabe perfeitamente que hoje em dia, as crianças chegam à escola com uma falta de educação terrível e as políticas educativas valorizam o aluno em detrimento do professor. Há professores de qualidade no interior, como os há nas grandes cidades e, muitas vezes, essas escolas do interior, ocupam lugares inferiores no ranking nacional. O posicionamento nos lugares inferiores, não depende da qualidade dos professores, mas sim, muitas vezes, do meio sociocultural em que estão inseridos. Acrescentou que de facto o professor é considerado culpado, mas que a culpa deverá ser indexada às más políticas educativas. Entendeu que este apelo venha a valorizar e defender a escola pública no sentido de um maior investimento, dando espaço e uma maior margem de manobra para que muitas situações possam ser melhoradas e feitas nas escolas. Terminou dizendo que defende também a autonomia das escolas.

A Senhora Maria Helena, relativamente à defesa da escola pública, subscreveu as palavras da Senhora Marcolina Sequeira, não se revendo numa escola pública que está constantemente a ser alvo de ataques e que tem pouco apoio e principalmente uma imensa falta de consideração e de respeito pelo professor, pelo seu trabalho e valor. Aproveitou a intervenção para lastimar que com a introdução da televisão digital terrestre haja dias consecutivos sem acesso às emissões, tendo sido informada que tal situação se deve a condições meteorológicas. Pediu a interceção do executivo para melhorar esta situação. Voltando a repetir a citação de Almeida Garrett, elogiou e manifestou o seu agrado pela atividade desenvolvida pelo executivo no dia 25 de abril no âmbito das comemorações dos 40 anos desta data. Referiu-se especificamente à homenagem prestada aos ex-combatentes do ultramar do nosso concelho. Considerou importante avivar memórias e não votar ao esquecimento essas pessoas que, como a Senhora Vereadora afirmou, se sintetizam em três palavras – sangue, suor e lágrimas. Lamentou o facto de, em virtude das condições climatéricas, a atuação da fadista não ter sido realizada em recinto fechado e após a hora do jantar.

O Senhor Eduardo Coelho perguntou, em que ponto se encontram os trabalhos do PDM, uma vez muitas pessoas o questionarem. Solicitou informações sobre o funcionamento dos centros de convívio e perguntou sobre o reaproveitamento das escolas devolutas para esse fim. Quanto ao turismo do Douro pretendeu saber quem representa o concelho de S. João da Pesqueira. Pensa, ser o Senhor Vice – Presidente Vítor Sobral, tendo acrescentado que tal representante não comparece nos eventos que são realizados a nível nacional e internacional; considerou que essa ausência não beneficia o concelho em termos de crescimento, bem como o facto de sermos um dos concelhos mais pobres a nível de infraestruturas do Douro, sem acessibilidades terrestres e fluviais. Interpelou o Senhor Presidente da Câmara sobre a posição do município, no que respeita à passagem de linhas de alta tensão, em discussão até dia 2. Fez a observação de que, se não se pode fazer um muro de betão, como é que se vão deixar passar linhas de alta tensão com 400 Kw? Sobre este assunto, mostrou-se preocupado por ser perigoso e atravessar a sua freguesia. Lembrou ainda que o serviço de internet



apenas cobre metade da freguesia. Agradeceu toda a colaboração da Câmara Municipal pela ajuda que lhe tem proporcionado, sempre que solicita algum serviço.

O Senhor Vítor Monteiro referiu que um pouco por toda a parte foram comemorados os 40 anos do 25 de abril. Registou pela positiva, a dimensão que estas comemorações tomaram no concelho. Registou também a falha da Câmara ao se ter esquecido que uma das conquistas importantes no 25 de abril foi a liberdade de expressão e, como tal, as comemorações deveriam ter começado com a abertura da Câmara para dar a palavra ao Povo e assim poder-se ter escutado a opinião de todos, e de cada um, sobre o dia e esta data memorável.

Os membros do partido socialista nesta Assembleia, porque não o puderam fazer em devida altura, apresentam uma moção evocativa do 25 de abril que a seguir se cita:

“ Se há um dia que representa, na nossa história coletiva, a força de um povo, esse dia é o 25 de Abril de 1974. Passam já 40 anos, mas a coragem de um grupo de militares e a vontade de mudança de um povo não estão ainda esquecidos. Nem poderiam estar!

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada. Nesse dia, Portugal abriu caminho para a concretização do Serviço Nacional de Saúde.

Nesse dia, Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal uma afirmação de **Liberdade**. Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à educação pública passou a ser um dos pilares fundamentais da **Igualdade**.

Nesse dia, Portugal pôde também iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da **Fraternidade**. Muitas outras áreas poderiam ser referidas, mas o mais importante, à laia de resumo, é que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a denominada “Revolução dos Cravos” é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer.

Muito poderia agora ser referido sobre a forma como os políticos colocam em causa muitas conquistas de Abril. Mas deixemos esse facto de lado por ora, pois a história se encarregará de julgar os responsáveis por um retrocesso civilizacional e social sem precedentes na nossa história.

Importa, isso sim, enaltecer uma vez mais todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de Abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer “basta!” a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses.

A Assembleia Municipal do concelho de São João da Pesqueira, todos estes homens e mulheres que tornaram possível que hoje vivamos num clima de liberdade. Todas as palavras que possamos escolher poderão não ser suficientemente brilhantes para descrever a importância daquele dia, pelo que nada como usar aqui as palavras de um dos Grandes da nossa poesia, o poeta Manuel Alegre, com o seu poema “**Abril de Abril**”:

“Era um Abril de amigo Abril de trigo  
Abril de trevo e trégua e vinho de húmus

Abril de novos ritmos novos rumos.

Era um Abril comigo Abril contigo  
Ainda só ardor e sem ardil  
Abril sem adjetivo Abril de Abril.

Era um Abril na praça Abril de massas  
Era um Abril na rua Abril a rodos  
Abril de sol que nasce para todos.

Abril de vinho e sonho em nossas taças  
Era um Abril de clava Abril em ato  
Em mil novecentos e setenta e quatro.

Era um Abril Viril Abril tão bravo  
Abril de boca a abrir-se Abril palavra  
Esse Abril em que Abril se libertava.

Era um Abril de clava Abril de cravo  
Abril de mão na mão e sem fantasmas  
Esse Abril em que Abril floresceu nas armas."

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

São João da Pesqueira 28 de Abril 2014

Os representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal "

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se pretende votação para esta moção.

A Senhora Anabela Lopes informou que ontem a equipa da escola de andebol da Câmara Municipal ganhou o primeiro lugar no torneio distrital. Destacou a relevância desta escolinha da Câmara. Gostava que os participantes, nesse campeonato, fossem agraciados com um troféu, uma taça de valor simbólico, a ser exposto no pavilhão municipal, como forma de divulgação da conquista e orgulho dos intervenientes. Mais acrescentou que em todas as atividades culturais e desportivas, promovidas pela câmara, lhes fosse dado o mesmo tratamento, dando indicação para o seu local de exposição dos troféus: no cine teatro, no caso dos prémios de música, e na biblioteca, nos casos literários.

O Senhor Joaquim Monteiro lembrou que continua a ver com desagrado a ausência de informação turística apelativa ao que de bom se tem no concelho. Nas Bateiras continuam a não existir os placards de que tanto já tem falado ao Senhor Presidente. Entende que mesmo sem autorização das Estradas de Portugal deveriam ser colocados, disponibilizando-se a ir, com pessoal da Câmara, proceder a essa colocação. Reconheceu que ao longo do rio, designadamente na Folgosa, as instituições governamentais "gastam milhões de contos", na construção de cais fluviais. Nas Bateiras que é um diamante que temos, ainda não há nada realizado. Falou de seguida no Centro de Estudos da Quinta de Santa Bárbara que entende ser uma vergonha o estado a que foi votado. Pensa que, tal como leu em ata, o pedido de uma audiência à Senhora Ministra da Agricultura, pelo Senhor Vereador, já é alguma coisa. Contudo, considera que o que tratou com ele, há quase dois meses, deveria ter sido reforçado, com proposta

bem fundamentada. Lembrou que foram gastos, nas camaratas e na adegua, trinta e muitos mil contos, há meia dúzia de anos. Considerou ser possível uma parceria com a UTAD, com a Escola Agrícola do Rodo, no sentido de aí ser colocado uma turma de viticultura. Temeu que tal abandono se deva ao facto de: "parece que anda no ar uma negociata com as gentes de Lisboa". Referiu que estivera em Trancoso, no Centro de Inspeções e, em conversa com um Senhor, lhe fora dito que fora aprovada e iniciada a construção dessa valência em Moimenta da Beira. Perguntou se pode ser explorado por privados e se a sua localização será em Valongo ou na Pesqueira. Terminou por referir a questão da passagem dos cabos de alta tensão, à qual se opõe e contesta. Prosseguiu a sua intervenção, agradecendo a sessão de cantigas de abril que os jovens do concelho proporcionaram e mencionou as comemorações do 25 de abril. Considerou que se pode melhorar a homenagem aos antigos combatentes e, designadamente se poderá realizar um encontro anual com essas pessoas. Referindo-se ao PDM disse ser muito crítico e desconhecer se o Senhor Arquitecto é pago através de recibos verdes. Considerou que dentro da Câmara existem técnicos com mais competências para realizar tal trabalho. Continua a acreditar na palavra do Senhor Presidente e nas muitas obras que efetivamente há quatro anos foram prometidas e algumas já executadas. Espera e tem a certeza de que as obras necessárias serão realizadas.

O Senhor Silva Fernandes quanto à escola pública está de acordo com a Senhora Marcolina Sequeira e com a Senhora Maria Helena, apesar de, algumas das pessoas que subscrevem este documento, não merecerem a sua confiança. Referiu a morte de Vasco da Graça Moura, a quem teceu elogios. Disse e passa-se a citar: "Este homem que foi um intelectual do mais alto quilate do país, poeta e ensaísta. Ganhou o prémio de melhor tradutor mundial de italiano foi também político, pôs ao serviço do povo o que tinha de bom e acabou trucidado pelo sistema político-partidário. Achou que isto tem que ser dito, porque temos que tirar algumas elações destas coisas". Deu a conhecer que o primeiro-ministro Coreano se demitiu, pela simples razão do naufrágio de um ferryboat, tendo assumido a responsabilidade, mantendo-se em funções, enquanto o problema não foi resolvido. Fez alusão ao suicídio do professor que acompanhava os alunos. Recorda que hoje foi aprovado um documento de estratégia orçamental a ser entregue em Bruxelas até ao dia 30 de abril. O guião da reforma do estado vai ser apresentado hoje. Mais uma vez a inevitabilidade do encerramento das repartições de finanças, dos correios, dos municípios. Teceu considerações sobre o fecho da avaliação que a Troika está neste momento a efetuar e que os problemas continuarão, sobretudo para os mais novos. Pediu informações sobre o estudo que o Professor Augusto Mateus está a realizar sobre o Douro. Mencionou o facto de a revista do Expresso, cuja capa tem uma imagem da Ferradosa não se encontrar identificada. Também gostaria de saber qual a posição da Câmara Municipal sobre os baldios e a bolsa de terras. A lei existe e o Ministério da Agricultura está a atuar, dizendo que um dia, poderemos ser surpreendidos. Sobre o 25 de abril não pode estar mais de acordo e espera que também se faça a alusão ao 25 de novembro por serem dois marcos importantes. Não concordou, mas entendeu, o facto de haver uma missa, incluída nas celebrações do 25 de abril. Só o entendeu, por ter a ver com a "história" dita no 25 de abril que era preciso acabar com os três "efes": fado, futebol e Fátima. Finalmente, sobre o ranking feito entre os municípios portugueses, S. João da Pesqueira está qualificado no número duzentos e cinquenta e três

tendo sido analisados três aspetos: negócios, turismo e a qualidade de vida. Curiosamente, o pior resultado foi o relacionado com o turismo, tendo ficado, à frente de S. João da Pesqueira, Bragança, Vila Real, Peso da Régua, Lamego, Alijó, Mesão Frio, Penedono, Moimenta da Beira, Sabrosa, Tabuaço e Torre de Moncorvo.

O Senhor Paulo Bito fez a sua intervenção com a leitura do documento que passamos a transcrever:

" Celebrou-se na passada sexta – feira, o 40.º Aniversário do 25 de Abril de 1974. Data redonda e cheia de significado.

Nasci e cresci em liberdade. Não sei o que é não poder dizer ou escrever. Não tenho a ousadia de imaginar o que é viver com censura ou com a PIDE. E ainda bem. Foi para isso que muitos, como os nossos familiares, fizeram o 25 de Abril. Para que os seus sucedâneos crescessem em liberdade, em democracia plena e pudessem fazer as suas escolhas.

As verdadeiras "conquistas de Abril" são a liberdade, a democracia, o progresso e o desenvolvimento do País. E são incomparáveis as realidades do antes e depois...

Por muito que se conteste – e não há regimes perfeitos – só o facto de cada um se poder exprimir livremente demonstra que valeu a pena.

Devemos olhar para as conquistas de Abril e honrá-las todos os dias. Se nos guiarmos pela responsabilidade, pela solidariedade, pela igualdade e pela justiça social construímos liberdade. E só construímos liberdade se efetivamente fizemos da fraternidade muito mais do que um conceito e da igualdade muito mais que um sinal aritmético.

Honrar Abril é poder fazer as nossas escolhas. Não permitir que o peso asfixiante do Estado nos obrigue nos caminhos a trilhar ou nos vede outros. É não tolerar que o peso da dívida onere as futuras gerações. É não deixar que as opções do presente inibam as do futuro. É renovação. Mas também é, e sobretudo, justiça inter-geracional.

Cumprir Abril não pode deixar de ser abdicar. Abdicar de alguma coisa para que alguns, os de agora ou os que virão, tenham coisa alguma.

Sabemos que se a liberdade tivesse dono era uma ditadura. Ainda assim, devemos reconhecer que há responsáveis diretos na prossecução da eficácia imediata de Abril, os militares. Foram estes os corajosos que arriscaram as suas carreiras, mas principalmente as suas vidas em prol da comunidade.

Por tudo isso, a eles deixo a minha sincera homenagem e dirijo o meu muito obrigado em sede de Assembleia Municipal.

Paulo Bito

"

O Senhor Fernando Pereira interveio, com a observação de que o 25 de abril é tema de relevo. Considerou que grande parte das intervenções foram para abril e que é uma data importante para quem a viveu e mesmo para os que não a viveram. Gostaria que a moção apresentada pelo Senhor Vítor Monteiro passasse nesta Assembleia, contudo para que tal suceda tem que ser referido que abril não é dos partidos, mas do Povo e de Portugal. Pensa que se devem colocar de parte as cores partidárias e os seus pontos negativos. Apesar de ter nascido após abril, refere que aprendeu na escola pública, da qual tem saudades, porque havia responsabilização e valorização do professor. Continuou a sua intervenção, recordando as FP's 25 de abril e outras entidades conotadas com partidos políticos, que gravaram o nome de abril. Considerou que se está a apresentar uma moção para enaltecer abril e,

como tal, deixa sem sentido, qualquer ligação a partidos políticos. A promoção de abril deve ser feita pela liberdade, pela fraternidade e não por um partido político. Por tais factos, solicitou ao promotor da moção que a retifique, para que ela possa ser de todos e não apenas de um partido.

O Senhor António Froufe interveio para sublinhar o drama que atingiu a freguesia de Trevões e que tem passado diariamente nos programas informativos de todos os canais de televisão. Pediu aos presentes que no caso de verem algum movimento estranho, o denunciem às autoridades, de forma clara, calma e objetiva. Alertara a Câmara Municipal sobre a informação publicada no Correio da Manhã e divulgada na televisão do facto de uma jornalista se ter referido à pouca iluminação pública da freguesia. Recordou o corte efetuado na despesa que dispensou algumas luminárias. Solicitou ao executivo que reative as que foram eliminadas, tanto mais que foi aprovado um projeto de eletrificação rural. De seguida apresentou um pedido de desculpas, principalmente à Senhora Vereadora Delfina Tavares por não ter estado presente nas comemorações do 25 de abril, em virtude do acompanhamento às autoridades que vigiavam e tentavam a apreensão do presumível homicida.

O Senhor Sebastião Mesquita retifica o que o Senhor Joaquim Monteiro dissera quanto aos gastos efetuados pela Câmara Municipal na Quinta de Santa Bárbara. Informou que há 12 anos, tal verba se situou acima dos 100 mil contos. A Direção Regional fez a candidatura para que aí fosse criado um centro de formação e protocolou nesse sentido com a Câmara Municipal a cedência de terrenos junto ao rio. Quanto ao estado das estradas considerou que deitar remendos em cima da terra, como verifica que os funcionários da Câmara fazem, não é solução. Questionou porque é que se tapam buracos de um lado e do outro não, e porque não proceder, na totalidade, aos trabalhos de conservação ao longo das estradas, citando o exemplo das Quintas do Pessegueiro e Roriz. Questionou também as taxas do IML, referindo que foi um assunto já abordado e gostava de saber se é anual ou quando se podem rever. Disse existirem taxas do IML de 0,40 e 0,58 que não tem coerência com a localização. Se não está em erro, 0,78 é na área do município. Só na freguesia de Ervedosa atinge o valor de 0,58, nas outras freguesias os 0,40. Não considera que a sua freguesia tenha o valor que tem o bairro residencial de Espinho. Têm que ser revistas estas taxas. Pede que este assunto seja agendado para a próxima assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara começou a sua intervenção por aludir as comemorações do 25 de abril, agradecendo as chamadas de atenção para o que correu menos bem e que serão levadas em conta. Agradeceu todas as palavras de incentivo. Não concordou com a proposta de que tivesse havido duas festas distintas - as comemorações daquela data e a homenagem aos antigos combatentes - uma vez que estes fazem parte da história de abril. Foi uma festa de comemorações do 25 de abril, onde foi integrado esse evento para enaltecer todo o sofrimento, todas as dores e o sangue dos que viveram a guerra colonial. Respondendo a algumas perguntas, e no que faz parte das atribuições da Câmara, relativamente ao TDT, informou não ser da competência da Câmara. Contudo, disse que a Câmara tem feito pressão sobre as entidades para a melhoria do sinal. O mesmo se passando com as comunicações de telemóvel. Sobre o PDM e em resposta ao Senhor Presidente de Junta de Nagoselo do Douro informou que a última atividade foi a consulta aos Senhores Presidentes de Junta sobre a definição da zona urbana de cada uma das freguesias, estando esta mesma

proposta a ser trabalhada pelos técnicos. Mais informou que está agendada uma reunião, no final de maio, princípio de junho, estando também, a ser feito, uma alteração do bem patrimonial do Alto Douro Vinhateiro. Quanto ao turismo, não entendeu haver falta de representatividade do município. Esteve-se representado no SISAB, na BTL, na semana passada em Vila do Conde, na Porto Norte, que é a única entidade que está a supervisionar o turismo, etc. Para acabar com alguma divisão que havia no seio das entidades ligadas ao turismo do Douro, existe uma entidade que entende estar a fazer um bom trabalho e que já tem reunido com eles. Informou que na semana passada reuniu com os representantes da FIL para novas feiras que vão realizar-se em Lisboa. Quanto às acessibilidades, reconheceu que não são as melhores e é um dos trabalhos que se tem estado a tratar com as entidades respetivas, desde as Estradas de Portugal ao Governo e à própria Entidade Regional, para que se possa igualar aos outros concelhos, designadamente Alijó, Sabrosa, Mesão Frio e Moncorvo. Praticamente todos têm autoestradas ou IP's de grande qualidade. Quanto aos Centros de Convívio, deu conta dos que existem nos Casais, Espinho e Vilarouco, que já foram dados passos, e estão a funcionar em parcerias com outras entidades como seja Escola Profissional e os Jovens dos Casais. Para os restantes Centros de Convívio estão a ser elaborados os formulários com as Juntas. Contudo, nem todas entregaram esses formulários para se marcarem reuniões de trabalho para orientação, para que cada Centro reflita a sua ação de integração de acordo com a especificidade de cada povoação. Congratulou-se com a moção apresentada pelo Senhor Vítor Monteiro, tecendo considerações pessoais sobre essa efeméride. À Senhora Anabela Lopes agradeceu as palavras que dirigiu relativamente ao sucesso alcançado pela equipa de andebol. Realçou o facto de ser um trabalho que se tem vindo a fazer junto dos mais novos que honra o município e os incentiva a continuar a fazer mais e melhor. Está em agenda arranjar um local onde se mostrem os prémios recebidos para incentivar a população. Ao Senhor Joaquim Monteiro responde que estão a tratar do assunto dos placards de divulgação turística. Disse ser um assunto do qual já é conhecedor do seu pensamento e que, por motivos financeiros será feito após a Páscoa. Em relação ao Centro de Inspeções disse ser um assunto que ultrapassa as competências da Câmara. Cabe ao IMTT que decidir e oficialmente tal ainda não sucedeu. Não possuem nenhuma informação sobre candidaturas ou atribuições do mesmo. Sobre a linha de alta tensão do Tua disse que a última vez, em que falaram, existiu logo a preocupação de mandar tratar desse assunto. Garantiram que hoje, ia sair o documento idêntico, ao da última vez, em que a proposta que apresentam continua a ser a mesma: "quem tem benefício, tem de aguentar com as consequências". Depreende por isso que a travessia será por outro lado, menos pelo concelho da Pesqueira. Passando às efemérides, disse que como toda a gente sabe é um acérrimo defensor do Benfica e relembra o Professor Hernâni Gonçalves, conhecido por Professor Bitaites e que muito admirava, recentemente falecido, que a nível nacional marcou muito o desporto. Em relação ao trabalho que está a ser feito pelo Professor Augusto Mateus e sua equipa que fora encomendado pela Associação de Municípios Vale do Douro Sul e ultimamente também pela CIMDouro, informou estar a acertar algumas alterações de pormenor. Na penúltima reunião da CIM, realizada em Carrazeda de Ansiães, tivera conhecimento de que sairá, a versão final brevemente. Sobre os baldios, na última reunião que tivera com o Senhor Presidente de Junta de Ervedosa do Douro, fora abordado o estudo de

levantamento dos baldios e zonas envolventes ao rio, para que se possam reclamar, em termos técnico-jurídicos a quem os mesmos pertencem. A Missa celebrada no 25 de abril serviu para dar mais solenidade ao ato que, por si só, já é digno. Respondendo ao Senhor António Froufe em relação à iluminação pública, disse ser uma opinião da Jornalista que tem de se respeitar, mas também se tem que perceber se é importante ter-se sempre luz, ou só de vez em quando, conforme as possibilidades de pagamento. Referenciou que o projeto da eletrificação rural, não ter nada a ver com a iluminação pública, mas sim com a ligação a zonas que possam vir a necessitar de energia. Está-se a falar de um valor aprovado, de um milhão cento e trinta e um mil euros, dos quais, oitocentos e quarenta e oito mil euros são financiados e os restantes, cerca de duzentos e oitenta e cinco mil euros, comparticipados pelo município. Partilhou o seu contentamento, pela informação prestada pelo Senhor Sebastião Mesquita, quando disse haver um protocolo relacionado com a Quinta de Santa Bárbara que desconhecia, pois na altura não estava à frente do município. Irá indagar o teor desse documento para aferir o que se poderá beneficiar com ele, colmatando, de certa forma, a imagem negativa que está situada, à entrada do concelho, numa zona pertencente a Ervedosa do Douro. Em relação à taxa de IMI pensa haver alguma confusão. Não é taxa de IMI, mas zonamento e isso é um trabalho dentro das atribuições das Finanças. No ano passado foi feita uma comunicação a esse organismo para procederem à alteração desse zonamento.

O Senhor Silva Fernandes e em relação aos baldios pretendeu saber se existem assembleias de compartes a funcionar.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não.

O Senhor Vítor Monteiro pediu ao Senhor Presidente da Assembleia para mandar distribuir a moção por ele apresentada. Pensa que o Senhor Fernando Pereira não terá tomado sentido no que ele disse, pois não está a fazer política. O parágrafo em causa está a comparar o que se conseguiu com o 25 de abril e o que se está a passar neste momento. Retirando aquela pequena referência, retira a essência da proposta, pelo que gostaria que fosse analisado com mais atenção.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu para ser distribuída a moção pelos Membros.

O Senhor Silva Fernandes relativamente ao teor da proposta disse estar de acordo com ela em noventa por cento, mas que o referido parágrafo lhe faz alguma confusão, quando chama à atenção a situação atual. Acrescentou que a situação atual tem história. Achou que a moção tem todo o sentido, enquanto celebração do 25 de abril.

O Senhor Presidente da Assembleia propôs cinco minutos de intervalo, para que o partido socialista refletisse numa possível alteração da moção.

Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura da nova redação, do terceiro parágrafo da moção em apreciação e que passou a ser "muito poderia agora ser referido sobre a forma como os políticos colocaram em causa muitas das conquistas de Abril. Mas... história." Alterado o texto, colocou a moção à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Terminado este ato, passou ao período da ordem do dia, com o primeiro ponto, do qual dispensou proceder à sua leitura, uma vez ter sido enviada a todos os membros desta Assembleia.

## Período da Ordem do Dia

### PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que expusesse a Atividade Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a melhor forma é a de tirar dúvidas sobre o documento em posse de todos os Membros da Assembleia Municipal caso existam.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Silva Fernandes, Vítor Monteiro, António Balça, Sebastião Mesquita e a Senhora Marcolina Sequeira.

O Senhor Silva Fernandes colocou uma questão prévia sobre a convocatória para esta sessão uma vez entender que tem uma ilegalidade, pela simples razão de que o regimento desta Assembleia determinar no artigo nono, número dois, que deve ser feito na segunda sessão a apreciação do inventário de todos os bens direitos e obrigações patrimoniais e a sua avaliação e este ponto não constar da ordem de trabalhos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Silva Fernandes que efetivamente teve a oportunidade de consultar atas anteriores não dando conta que isso fosse um assunto que viesse a ser explanado na segunda reunião do ano, mas que fica registado, e que tomou boa nota, sendo o ponto tratado na próxima reunião de Assembleia Municipal.

O Senhor Silva Fernandes entendeu que tem que se por o problema doutra maneira, dando a sugestão que este ponto passe para a terceira sessão, devendo contudo esta assembleia legitimar a realização desta sessão sem este ponto, para ficar tudo correto, pois estar-se-ia em falta perante o Regimento. Entendeu que a forma de legitimar a situação exposta é a Assembleia aceitar a falta, passando o assunto para discussão na reunião de Junho, solicitando que fosse colocada à votação do plenário para legitimar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada, sendo que a votação consistirá em que na segunda reunião da Assembleia Municipal do ano, ter que fazer parte da convocatória a apreciação do inventário, de todos os bens direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação no cumprimento do n.º 2 do art.º 9.º do Regimento e se permitiam a discussão do ponto na reunião seguinte. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade passar este assunto para a reunião seguinte.

O Senhor Silva Fernandes sobre a Atividade do Município disse que na última sessão foi apresentado e votado por unanimidade uma sugestão da informação da Atividade da Câmara. Entendeu, na altura, que o Senhor Presidente da Câmara não reagiu bem à sua opinião porque entendeu que aquilo estava a ser uma imposição, tendo respondido que não pretendia ser uma imposição mas sim, como é evidente, uma sugestão. Achou estranho que o Senhor Presidente tivesse dito na altura: "é assim que está é assim que ficará" tendo isso parecido pouco democrático pelo facto de ter tomado a decisão sem ouvir os outros elementos do executivo. Quanto à Atividade Municipal constatou pelo documento apresentado que não foi minimamente aceite qualquer sugestão. Referiu que pessoalmente não tem nada contra, mas gostaria apenas de lembrar que o próprio governo emitiu um documento que teve o cuidado de mandar aos membros do executivo e ao Senhor Presidente da Mesa, também chamado orçamento do cidadão, e esse orçamento do



cidadão é precisamente um documento que permite transparência total das despesas e receitas que o governo tem dia a dia e mais, pública mensalmente uma informação de tudo o que está a acontecer em relação ao orçamento do estado. Continua sem compreender porque é que as câmaras fazem caixinha de não dar informação.

A Senhora Marcolina Sequeira chamou à atenção para a "Abertura do Gabinete de Apoio ao Emigrante com afluência crescente", assim como "decorreu com elevada participação", não sendo quantificado. No entanto noutros assuntos é possível a quantificação. Portanto se é fácil quantificar determinados assuntos, também é possível quantificar outros. Não se quantificou o número de beneficiários do apoio ao Emigrante, reconhecendo que há certas atividades em que é difícil quantificar, seja o que for, como por exemplo, quando englobam a participação de muita gente. No entanto, relativamente ao Gabinete de Apoio ao Emigrante, não tem assim tanta gente que não possa ser quantificável. Questionou sobre o tipo de informação e apoio que se dá nesse gabinete? Entende que o gabinete deve ajudar à fixação de gente e não à saída do nosso concelho.

O Senhor Vítor Monteiro informou que a bancado do PS já há longo tempo vem sugerindo para que a informação da Atividade Municipal seja a mais completa possível, e que se tente evitar adjetivos, como significativa participação, elevada participação, com elevado êxito, porque a se lê e efetivamente não sabe o que é. Entende, e de acordo com a intervenção da sua antecessora, que referiu a abertura do Gabinete de Apoio ao Emigrante com afluência crescente de beneficiários, pois ele estava a abrir. Se tiver um aderente, já é afluência crescente, portanto isto não dá para se aferir efetivamente o impacto dessa e de outras atividades. Nesse sentido perguntou se seria possível saber efetivamente quais são os utentes desse gabinete. Também gostaria de ter mais informação sobre como "decorreu a atividade de medicina na periferia". Pretende saber efetivamente onde é que decorreu e em que moldes decorreu?

O Senhor António Balça sobre a Atividade do Município pretendeu informação sobre a Festa dos Saberes e dos Sabores, sendo que teve conhecimento que a Senhora Vereadora fez retirar garrações de azeite que se encontravam em embalagens de água, felicitando-a por isso, pois no surgimento deste evento, o que ali se promovia eram exclusivamente produtos do concelho, o que já não acontece agora, entendendo que todos os produtos devem estar conforme as regras obrigatórias, embalados e rotulados como por exemplo o vinho. Chegou-se a ver lá representado vinho de qualquer maneira. Assim sendo, para o ano tudo fará para que estejam presentes as Cooperativas do Castanheiro do Sul com azeite e de Penela da Beira com frutos secos. Porque não a da Pesqueira com os seus vinhos? Pode também constatar a criação de um vídeo para a promoção do concelho. Se for para ser visualizado nos voos da TAP, parece uma ideia excelente, uma ideia mesmo muito boa do executivo. Foi aprovada a candidatura para a eletrificação rural no valor de um milhão de euros. O Senhor Presidente da Câmara já focou esse assunto, no entanto perguntou quem pode beneficiar com esse projeto. Em suma: seria ótimo dar a conhecer quais os beneficiários para essa medida.

O Senhor Sebastião Mesquita quanto à Atividade do Município entende que há atividades, em que embora a Câmara participe, não tem relevância nenhuma como grande atividade ou como atividade, referindo a caminhada

da Primavera como atividade da Câmara? Será que a Câmara só faz festas e outras coisas? É o que leva ao olhar-se para isto.

A Senhora Marcolina Sequeira chamou à atenção para o terceiro ponto "Abertura do Gabinete de Apoio ao Emigrante com afluência crescente", no quarto ponto "decorreu com elevada participação", não quantificando no entanto o início da atividade, o que pensa ser a participação de dezanove crianças. Se nesta situação é fácil quantificar, por que é que também não se quantifica o número de beneficiários do apoio ao Emigrante. Acredita que o Gabinete de Apoio ao Emigrante não tem assim tanta gente que não possa ser quantificada, porque se uns são quantificáveis e outros não, depois como é que é fácil nós aferirmos da veracidade destas adjectivações?

A Senhora Helena Monteiro solicitou informação relativamente à celebração do dia da higiene e saúde oral, com a entrega de kit's. Decorreram várias sessões no centro escolar em parceria com o centro de saúde com uma técnica, uma Senhora Enfermeira e fez em dois dias sessões sobre higiene oral. Foi uma forma de celebração, de facto, depois foi feita a entrega do kit por nós professoras. Realmente a Câmara não se fez representar. Tinham dito que ia alguém entregar os kit's, como ninguém apareceu acabou por se entregar o respetivo kit com a concordância da coordenadora do centro escolar, mas queria deixar uma opinião ou uma sugestão à semelhança do que já se fez por este executivo em anos anteriores. Porque não comemorar, celebrar esse dia de uma forma diferente? De uma forma lúdica, com um pequeno teatro, já foi feito, no espaço do cineteatro sendo que resultou de forma muito positiva. Achou que seria uma forma mais elucidativa para as crianças. Perguntou também sobre a atividade de medicina na periferia. Que tipo de sensibilização e estratégias são propostas a esses futuros médicos?

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Silva Fernandes dizendo que realmente não quis ser, conforme é julgado, isto é, não querendo impor nada a ninguém. Acrescentou que esta discussão já se arrasta pelo que sabe e presenciou nos últimos quatro anos. Já se arrastava antes de ser Presidente, portanto, e com certeza, ir-se-á arrastar sempre porque uns querem duma maneira outros querem doutra, e foi isso que eu disse da última vez. Não foi seu objetivo que prevalecesse a sua opinião. Aliás, como disse, é um fervoroso defensor do 25 de abril e da liberdade que o próprio 25 de abril trouxe, portanto entende que essa informação, informa realmente sobre o que a câmara executou, acha que está efetivamente a transmitir toda a atividade que se acha relevante para o desenvolvimento do concelho. Sugestões são sugestões como disse, mas neste momento acho que esta forma de explanar a atividade será a mais correta e mais elucidativa. Quanto aos pontos que a Senhora Marcolina Sequeira referiu, realmente consegue-se quantificar. Às vezes, no que diz respeito ao Gabinete de Apoio ao Emigrante, pôs-se crescente e não se quantificou, precisamente pelo que foi dito pelo Senhor Vítor Monteiro. Em determinada altura encontravam-se registados onze utentes, neste momento e porque não está sempre *online* com o gabinete não tem o valor exato de utentes. Não se puseram lá onze utentes para se perceber que a afluência tem sido crescente. A outra atividade foi uma atividade que iniciou e acabou, portanto, teve um tempo em que deu para quantificar as dezanove crianças nessa atividade. Esse gabinete também serve para aqueles que saíram do nosso país e a quem já se prestou toda a informação e apoio, como por exemplo: informação de como podem tratar

de uma reforma, uma alteração de morada, de qualquer coisa, porque têm familiares emigrados. Tudo o que está envolvido com os emigrantes. Esse gabinete trata portanto, não propriamente da saída das nossas gentes, mas ajuda a saber como é que, se assim o entenderem, podem ir para o estrangeiro de uma forma segura. Serve para os que foram emigrantes, para os que o são atualmente e para aqueles que porventura venham a sê-lo. Entende também ter respondido ao Senhor Vítor Monteiro. Aceita e aproveita as opiniões, mas cada um tem a sua. Os adjetivos não serão certamente o mais importante, pois o que os interessa é essencialmente perceber como decorreram as atividades. Isso sim é efetivamente muito importante. É perceber que a Câmara faz o seu trabalho. Relativamente à exposição do Senhor António Balça informou que a Festa dos Saberes e Sabores é uma atividade não profissional, mas seguindo determinados critérios, nomeadamente em termos de higiene e saúde. Neste certame pretende-se aproveitar um momento do ano, em que pessoas possam vender o azeite, o vinho, as batatas, etc., evitando-se que seja necessário recorrer à beira da estrada, para concretizar a venda dos produtos agrícolas, sem as mesmas condições que no espaço em que se desenvolve a atividade são proporcionadas. É uma atitude para tentar reagrupar várias pessoas num local, onde com alguma dignidade, possam vender os seus produtos, e sabe-se que todos são mais ou menos pequenos agricultores, e também se sabe que não existem as condições desejáveis para a venda dos produtos dos agricultores. Devido à dificuldade de registar a venda de determinados produtos como maçãs, o pão que as pessoas fazem também e outros produtos a feira realizada tenta ser o mais legal possível. Profissionalizar esta feira, aliás como se tem falado noutras assembleias, não é propriamente o desejável, pois para profissionais tem-se a Vindouro e essa sim, é que se pretende que seja muito profissional. Quanto à eletrificação já referiu os valores da comparticipação do município que serão de duzentos e oitenta e dois mil euros. Todas as pessoas se podem candidatar. Como se disse, é para constituir uma ligação ao longo das vias, não sendo para colocar pontos de luz, para iluminação. No que concerne à exposição do Senhor Sebastião Mesquita respeita-a como sempre, entendendo que se apresentam assuntos que são "mais pequenos" e "outras maiores". Lembrou a construção do Núcleo do Centro Histórico de Trevões, a participação no SISAB e na Bolsa de Turismo achando que são atividades relevantes para todos, mas admite a divergência de opiniões. Quanto à pergunta que a Senhora Maria Helena fez sobre a higiene e saúde oral e a não presença do Senhor Vereador Vítor Sobral relativamente aos kits, foi na altura agendado com a Senhora Coordenadora a entrega dos mesmos, não ficando definido ser a Câmara, diretamente, a entregar um a um. Da sugestão proposta entende-se como muito válida e fica-se sensibilizado para que no próximo ano se possa organizar um dia e comemorar, celebrar de forma diferente, mais dinâmica e elucidativa tal momento. Sobre a atividade de medicina na periferia entende que esta atividade foi para que os alunos do quarto e quinto anos da Universidade de Medicina, que quiseram vir até cá, de certa forma para dar a conhecer um pouco da sua atividade como futuros profissionais de saúde, e ajudar as pessoas, que às vezes têm medo de ir ao médico, ou pensam que não têm tempo, e então eles, tentaram fortalecer a sua atividade com o apoio da câmara, à semelhança do ano passado. Estiveram cá vinte e quatro alunos da Faculdade de Medicina do Porto nos bombeiros.

O Senhor Silva Fernandes clarificou algumas situações: a primeira é que todos fomos eleitos para defender os interesses dos cidadãos e do concelho de S. João da Pesqueira, que fique bem claro; a segunda situação prende-se com o requerimento feito acerca do património; gostava de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que estava a ajudá-lo. Está nesta Assembleia para ajudar o executivo, não é com outra intenção. Sabia que em abril o ponto já anteriormente descrito tinha que aparecer, não apareceu, mas vai aparecer em junho. Na altura que solicitei o inventário foi de forma simplificada, agora terá que se apresentar todos os bens. Quanto à informação da Atividade do Município informou o Senhor Presidente da Câmara que apesar da idade, entende ser mais aberto à mudança. Prevê que é necessário mudar porque provavelmente até ao final da legislatura terá que fazer uma informação diferente da que está a fazer, solicitando que ficasse registado, para que mais tarde conste.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra proferiu algumas palavras reiterando que tem todo o respeito pela idade, como é óbvio, e não só, mas também pela relação colaborativa que existe entre os dois. No que concerne ao património disse não ser do seu conhecimento, nomeadamente nos últimos quatro anos, ter sido alguma vez discutido em Assembleia. No envio da convocatória, o facto de não constar como ponto da ordem de trabalhos, deve-se exatamente ao facto de não ter constituído ponto de qualquer outra Assembleia. Não significa no entanto que não se discuta, pois como se sabe até existe o levantamento. É só integrá-lo e discuti-lo em próxima reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retorquiu solicitando permissão para dizer que essa responsabilidade também lhe coube a si e que efetivamente, como já teve oportunidade de dizer, guiou-se por um historial de Assembleias anteriores, descurando o Regimento. A situação já foi colocada à votação pelo que entende que o problema esteja mais que ultrapassado.

## **PONTO 2 - Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do Ano de 2013;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto da ordem de trabalhos remessando para os documentos enviados de prestação de contas relativas ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, ficando arquivados junto à pasta anexa ao presente livro de atas. Apresentou a votação levada a cabo pelo executivo aquando da sua discussão e aprovação tendo informado que os presentes documentos de prestações de contas foram aprovados, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Manuel António Natário Cordeiro, José Luís Cardoso Rodrigues e Delfina Sofia Andrade dos Santos Tavares, tendo os Senhores Vereadores Manuel António Natário Cordeiro e José Luís Cardoso Rodrigues, apresentado a seguinte declaração de voto:

"Atendendo a que o documento se reporta a largo período em que os eleitos do PNT não faziam parte do executivo, entende-mos abstermo-nos".

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que no seguimento do que tem acontecido se apresentam os documentos, considerando ser um documento extenso, informando que está na introdução o respetivo relatório, onde de certa forma explica o resto dos números. Colocou-se à disposição, para se houver alguma dúvida, mais ou menos pontual, se encontrar disponível para elucidar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu de seguida o período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Sebastião Mesquita, Silva Fernandes e António Balça.

O Senhor Sebastião Mesquita quanto à demonstração de resultados, apesar do documento ser bastante extenso, chamou à atenção do resultado negativo de oitocentos e três mil euros, demonstração de resultado no ponto dois, página quatro, sendo só uma chamada de atenção.

O Senhor Silva Fernandes dirigiu-se ao Senhor Presidente pedindo permissão para com algum humor retratar o documento recebido. Recebeu este documento na Semana Santa e considerou isso uma penitência, mas enfim, considerou-se pecador, achando no entanto, que não merecia tanto. São quatrocentos e vinte e cinco páginas para quatro dias úteis, questionando se alguém conseguiu ler o documento? Assim sendo, utilizará a estratégia de colocar apenas cinco perguntas que surgiram ao folhear o documento. Anunciou que se vai abster. Apresentara então, para que todos pudessem acompanhar: na página dezasseis gostaria, se fosse possível, uma explicação para o facto de as dívidas a terceiros terem aumentado quarenta por cento, ou seja, terem passado de oitenta e um mil euros para cento e vinte e um mil euros; página quarenta e um disse que a participação fixa, o IRS deste município, foi de cento e quarenta e oito mil euros e gostaria que lhe fosse confirmada esta verba; na página quarenta e quatro pensa que se refere à Assembleia Municipal - quinze mil e quinhentos euros. Questiona se é mesmo o custo da Assembleia; na página quarenta e cinco, setecentos e dezanove mil euros, tem uma verba que é aquisição de serviços, setecentos e dezanove mil euros e depois tem em baixo outra verba, outros serviços, duzentos e vinte mil euros. Estes outros serviços são a soma? Na página setenta e três teve-se uma receita de nove milhões trezentos e noventa e cinco mil euros e uma despesa de nove milhões trezentos e setenta e um mil euros e as despesas com pessoal um milhão seiscentos e noventa e seis mil euros, pretende só registar que a despesa com pessoal representa dezoito por cento da despesa total, dizendo que em termos de gestão é mau, porque tudo o que vá acima dos onze por cento, começa a ser complicado, apresentando uma declaração de voto.

“

#### Declaração de Voto

A documentação entregue para análise, discussão e votação nesta Assembleia Municipal de 28 de abril de 2014, totaliza 425 páginas, entre as quais os documentos de Prestação de Contas do ano de 2013, com 320 páginas.

Entre a data de entrega da documentação e a realização desta Assembleia, mediarão apenas quatro dias úteis.

Assim sendo, face ao enorme volume de documentação apresentada para análise e a evidente escassez de tempo para a mesma, não poderei, em consciência, tomar outra posição que não seja a de me abster no momento da votação.

Alberto Júlio da Silva Fernandes

28/04/2014

”

O Senhor António Balça pretendeu esclarecer mais duas dúvidas que pretendia esclarecidas, mais propriamente uma intervenção de fundo. Ao ver este documento entende que a saúde financeira da Câmara é boa, no entanto quer perguntar ao Senhor Presidente se a atribuição aos bombeiros da Pesqueira é de noventa e um mil e qualquer coisa euros? Presume que

tenha sido a aquisição da viatura de todo terreno, pago na totalidade pela câmara não é verdade? De seguida referiu ainda que se constata algumas discrepâncias da divisão de verbas que não são compreensíveis porque por exemplo o Clube de Caça e Pesca do Castanheiro tem atribuído o valor de mil e seiscentos euros, o Clube de Caça e Pesca Riba Torto dois mil oitocentos e cinquenta euros, não sabendo qual é. Tratando-se da mesma, não sabe porquê? Em relação às associações, por exemplo, realmente nos clubes de caça e pesca eles promovem a atividade social e lúdica. No caso concreto das associações, nota-se alguma discrepância. O Clube Douro XTrem recebeu seis mil duzentos e sessenta e quatro euros, questionando se é para os percursos que fazem com jipes e motos. Se atrás se percebe, porque realmente a pesca é, como disse, uma atividade social e lúdica, o caso retratado é uma atividade que estraga os caminhos e ainda levam seis mil e tal euros. Vem aí o verão e passa o tempo a compor os caminhos. Informa que um dia lhes interrompe o circuito porque estragam os caminhos dos terrenos, necessitando permanentemente de os compor. O mesmo se passa com as associações, uma delas recebe dezasseis mil euros, outra nove mil euros e há aqui algumas com duzentos e cinquenta euros. Agradece que o Senhor Presidente esclareça porque é que há esta diferenciação entre os clubes de caça e pesca e as outras associações.

A Senhora Lourdes Marinho pede desculpa mas diz ter um feitio muito retilíneo e tinha caído momentos antes numa gafe de dizer que a comarca era de terceira. Às pessoas que se sentiram melindradas pede desculpa, mas foi mesmo sem querer, saiu terceira como podia sair segunda como primeira. Muitas vezes as pessoas pretendendo falar apressadamente tem gafes, não achando, que a pessoa por muito culta que seja tenha lições de dar a alguém porque todos nós erramos; segundo lugar diz não ter tido tempo para dizer aquilo que queria. O facto de não se aprovar um documento que tinha feito parte de anteriores executivos ou de anteriores assembleias acha isso uma falta de senso. Se existe um documento para estudar pelo menos têm que se fazer comparações, e foi precisamente o que fez, porque nesse caso, a maioria dos que estão aqui, e que nunca estiveram, não poderiam votar o documento porque não tem experiência do que foi o passado, e não têm conhecimento total. Em parte concorda, noutra não, porque também não esteve na Assembleia Municipal muito tempo e teve que estudar alguma coisa dos documentos anteriores. Leu tudo mas não pode fazer uma análise muito correta a todos os pontos porque, precisamente, não estava presente no mandato anterior, no entanto tomou nota, por exemplo na página cento e setenta e quatro, prestação de contas, referindo que há coisas que tem dúvidas como por exemplo na pavimentação em Valongo, falta pagar setecentos e cinquenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos? A praia fluvial de Ervedosa onde é? Não se elucidou bem, e por isso, disse que é um documento difícil de aprovar. Na página cento e setenta e cinco, tinha todo o gosto, em que Ervedosa tivesse uma praia ou cais nas Bateiras, perto de Roriz ou onde quisessem, mas gostava que isso se concretizasse. Na página cento e setenta e cinco, nos trabalhos em Paredes, falta pagar seiscentos e sessenta e quatro euros e oitenta cêntimos? Em Trevões há muita coisa que se fez e se está a fazer e acho que é de louvar, Museu em Trevões, Centro Histórico, mas às vezes também custa um ouvir o Senhor António Froufe, que está sempre a queixar-se, quando Trevões está sempre muito bem contemporizado, por exemplo as associações que estão na página cento e setenta e oito, a associação de Trevões foi das que recebeu mais, dezasseis mil e duzentos

euros e às vezes há outras associações que estão a ser criticadas que também recebem imenso. Em relação aos bombeiros de Ervedosa, para me elucidar, não me interpretem mal, e porque não quero fazer como outros fizeram, porque não estiveram abstêm-se, não pode ser porque tinham obrigação, mais do que eu, de terem conhecimento porque já cá estavam. Quase toda a gente que está presente, já esteve na Assembleia ou conhecem bem o funcionamento da mesma. Conhece menos e por isso é que eu está a fazer perguntas e não se vai abster, nem votar contra, vai votar a favor, precisamente porque há muita coisa válida. Os bombeiros de Ervedosa receberam metade dos da Pesqueira. Porquê esta diferença tão grande quando têm praticamente as mesmas atribuições, os mesmos compromissos, de ir em defesa de socorro de incêndio, também precisam de carros. São estas as dúvidas que tem até porque, realmente, não tinha capacidade de poder comparar os documentos dos dois anos, tão vastos que são.

A Senhora Maria Helena disse que inicialmente não pretendia intervir nesta parte da reunião, mas tem que o fazer porque também viu o documento, e teve sérias dificuldades em analisá-lo. É um documento muito extenso e para o analisar com rigor e fazer uma análise criteriosa e consciente é bastante difícil. Acrescenta que não entende o direito de ninguém estar a impor ou a emitir uma opinião, se se deve votar contra a favor ou abster-se. Não faz qualquer sentido, acha que isso é uma falta de ética enorme ao estar-se a opinar nesse sentido. Cada um deve fazer aquilo que a sua consciência manda. É-se bastante crescidinho, pessoas responsáveis para sabermos ser e sabemos estar. Pensa que a começar no primeiro elemento que está na Assembleia, até ao último elemento, fazendo parte o público, sabe-se muito bem aquilo que se deve fazer. Não se merece receber lições de ninguém. Acrescentou que o recado rececionado foi também dirigido à Senhora Vereadora, uma vez que também se absteve.

O Senhor Joaquim Monteiro intercedeu dizendo que leu o documento, assinalou aquilo que era de mais importante, referindo que também terá que hoje justificar as contas da sua Junta de Freguesia. Contudo acha a prestação de contas em si muito volumosa, mas é o que é, as pessoas ou lêem ou não lêem, o resto a gente já sabe como é. Pretende fazer só duas perguntas: a primeira tem a ver com o facto de efetivamente haver muitas associações a receber subsídios e haver poucas associações a participar nas atividades da Câmara Municipal. Vejamos o São João do ano passado e vamos ver o São João deste ano. Há muita gente a receber que depois não faz qualquer atividade. Sabe que há protocolos, acordos, sabe do que fala porque fiscalizou, andava no terreno, sabia quais eram as associações que realizavam atividades. Relativamente aos bombeiros de Ervedosa toda a gente sabe que foi com bom grado que a Câmara Municipal resolveu o problema dos mesmos. Temos que ser sinceros, se não fosse assim não se resolveria a situação de fragilidade por que estavam a passar. Há aqui uma verba que penso que sei que é para a Pesqueirama de sessenta e três mil e tal euros, mas já não me lembro, informem-me só do que é para ficar elucidado.

A Senhora Maria Helena pediu desculpa, pois tinha uma intervenção a fazer que acabou por não abordar. Na página quarenta e um, é só para informação, onde está DREN, programa de expansão e desenvolvimento de educação pré-escolar, só queria um esclarecimento sobre isso. Os noventa e cinco mil euros do programa das atividades e enriquecimento curricular pré-escolar e primeiro ciclo paga aos professores das AECS. Deduz que não é o

programa de generalização de fornecimento de refeições escolares. Também pagam às IPSS.

O Senhor Silva Fernandes interveio solicitando que fossem analisadas no documento o intervalo das páginas cento e três à página cento e catorze e a página cento e dezasseis, referindo que há um conjunto de verbas de minuta importância, dois euros e noventa e nove cêntimos. Aparecem pessoas, empresas, restaurantes, instituições, entidades públicas e o nome da sua filha. Como aparece o nome da sua filha perguntou à Câmara o que era isso e responderam-lhe que se reportava à caução de fornecimento de água, mas isso totaliza nestas contas todas, quarenta e sete mil euros. Como a Câmara é uma entidade de boa-fé deve pagar isso, ou as pessoas tem que vir cá levantar o dinheiro. Colocar quarenta e sete mil euros em catorze páginas por causa de dois euros e noventa e nove cêntimos não faz sentido; a outra situação que se encontra na página cento e setenta e oito, há verbas que realmente lhe chamaram à atenção, mas depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara não me vou sentir inibido. Em primeiro lugar queria dar-lhe os parabéns por o Benfica ser campeão, mas uma coisa que surgiu nesta página, é que viu na Beiradouro o valor de cinco mil euros, Casa Sport Lisboa e Benfica com nove mil euros, Clube Douro XTrem com seis mil euros: destas três, a Beiradouro, tanto quanto se conhece, não sei o que fez, e, é uma associação que presta serviços, a Casa Sport Lisboa e Benfica, não sei qual é a atividade que desenvolve, mas parece estranho também e o Clube Douro XTrem, nem sequer sabia o que era. A declaração de voto que apresentou não foi por não estar na Assembleia, porque esteve presente no mandato passado. A sua razão é que a documentação é imensa para ser lida em quatro dias. Nem os deputados da assembleia da república, que trabalham a tempo inteiro, com vencimento, mordomias e regalias quiseram aceitar a exclusividade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal permitiu-se fazer um reparo. Não somos contabilistas, não somos economistas, daí a dificuldade em perceber um documento desta dimensão e com estas características. Cada um tem as suas competências, não vou retirá-las a ninguém mas é efetivamente um documento que exigiria estarmos a tempo inteiro para poder-se esmiuçá-lo ao pormenor.

O Senhor António Froufe pretendeu o uso da palavra para responder à Senhora Maria de Lourdes dizendo que não concorda com o que disse, porque se era uma boca para se calar, não se cala, porque foi eleito por Trevões e pela Espinhosa e cabe-lhe escolher a maneira como defende o povo. Vem às Assembleias para falar. Se assim não fosse, não valeria a pena vir. Tem que se criticar porque senão não vale a pena virmos a este plenário, sentarmo-nos e ir embora sem dizermos uma palavra. Tem que se defender as nossas teses, quanto às associações de Trevões, acredita que receberam, mas tal, deve-se prender com o facto de serem as únicas a apresentar plano de atividades e plano de orçamento e achar que são as únicas, que conhece, que apresentam um vasto leque de atividades.

A Senhora Lourdes Marinho pretendeu dar resposta ao Senhor António Froufe dizendo com toda a sinceridade que não lhe disse o que referiu anteriormente em tom de crítica. É que já várias vezes o ouviu, sempre a queixar-se, e até louva essa ação, aliás como outros Presidentes de Junta, foi única e simplesmente para dizer que Trevões, até nem está em minoria, quanto à sua dinamização ou doutro quaisquer, mas realmente Trevões tem levado sempre uma grande fatia da Câmara. É de louvar as atividades



desenvolvidas. Não foi de maneira nenhuma em tom de crítica, foi simplesmente para lhe dar um elogio, apesar de se estar sempre a queixar, e finalmente Trevões até se encontrar muito bem.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara solicitou permissão para dar a sua opinião: vamos clarificar, há posições pessoais, há posições de bancada e todas elas são respeitáveis e é nesse espírito democrático, nesse espírito de abertura e ao mesmo tempo de defesa dos interesses do concelho que todos estamos neste plenário.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu não ser técnico de contas, e que se esforçará por responder o melhor e mais rápido possível às questões levantadas. Na página quatro, na demonstração de resultados, o Senhor Sebastião Mesquita falou que o exercício apresentou um resultado negativo de oitocentos e três mil cento e sessenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos, no entanto a resposta está logo a seguir e diz que esta variação deu um resultado líquido positivo em dois mil e doze para negativo em dois mil e treze, radica nos fatores seguintes: alteração das regras da contabilização dos fundos comunitários durante o período de execução das obras que financiaram que deixaram de integrar a conta setenta e quatro, transferências e subsídios, obtidos, como já foi referido na análise de balanço, segundo a diminuição de receitas provindas do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, passando um total de um milhão quinhentos e setenta e nove mil cento e vinte e um euros e oitenta e dois cêntimos em dois mil e doze para novecentos e oitenta e dois mil cento e noventa e quatro euros e setenta e nove cêntimos em dois mil e treze com clara repercussões também nas receitas de capital, como mais adiante se verá com maior pormenor, portanto, o resultado líquido negativo tem a ver com estas duas situações. Se fizerem contas chegarão a um resultado positivo. Em relação ao Senhor Silva Fernandes, quanto aos fornecedores, dívidas a terceiros - ano dois mil e doze: oitenta e um mil oitocentos e quarenta euros e sessenta e sete cêntimos; ano dois mil e treze: cento e vinte e um mil setecentos e sessenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos. Em dois mil e doze tivemos a felicidade de já depois do Natal, do dia vinte e sete até ao dia vinte e oito recebeu-se uma tranche do QREN que estava em dívida e conseguiu-se pagar praticamente todas as faturas que estavam a pagamento. Assim liquidamos os débitos quase de imediato, mas normalmente é a trinta dias. Teve-se a preocupação de fechar o ano, como é óbvio, com a dívida o mais baixo possível. Este ano não foi possível, precisamente porque não recebemos nesse período nenhuma tranche que nos permitisse diminuir essa dívida. Não vamos entrar aqui nos números, temos uma participação fixa do IRS. Acredito que os serviços de contabilidade não se iriam enganar, pode-se confirmar através dos documentos contabilísticos o respetivo valor. Depois na outra na página, o valor apresentado para despesas da assembleia são as que temos de responsabilidade durante o ano, nomeadamente senhas de presença, deslocações entre outras. O valor de setecentos e dezanove mil oitocentos e vinte euros é o somatório das parcelas das subrúbricas da rubrica zero dois zero dois da orgânica. Na página setenta e três, as despesas de pessoal correspondem a uma percentagem de dezoito ponto um por cento. É óbvio que se a análise na perspectiva de uma empresa o lucro com certeza seria preocupante, nesta situação Câmara tem outra função, que não é só a de pensar no lucro, sendo que a função da Câmara é promover o bem-estar dos

cidadãos, conseguir alguma empregabilidade, e através de programas com o Centro de Emprego angariar financiamento que se reflete aqui nas despesas. Depois aparece noutra parte a comparticipação da receita, logo baixa, os dezoito por cento seriam preocupantes, como disse, se fosse numa empresa em que só tivesse por objetivo o lucro, mas logo aqui baixaria porque temos na outra parte programas ocupacionais. Há diminuição da receita dado que as despesas com os programas ocupacionais entram nas despesas da Câmara, no entanto somos ressarcidos através do Centro de Emprego. Temos trinta e cinco programas ocupacionais que se encontram na situação referida. Aproveito para informar a Senhora Lourdes Marinho relativamente à situação dos contratos que constam na página cento e setenta e quatro, que as obras que foram realizadas estão pagas. O plano de atividades é um plano em que se prevê realizar determinadas atividades, sendo abertas rubricas com um determinado montante. Por exemplo para um caminho, é aberta a rubrica e depois na negociação da obra pode reduzir de acordo com o lançamento a concurso. Em termos de despesas a Senhora Maria Helena falou em noventa e cinco mil euros das escolas, mas esses noventa e cinco mil euros tem a ver com as AEC'S, página quarenta e um. O valor de cento e noventa e sete mil e quinhentos euros corresponde ao valor total dos subprogramas da DREN. A parte técnica já se vai ver, mas já agora enquanto esperamos resposta, aproveito para responder ao Senhor António Balça informando que o subsídio aos bombeiros são subsídios para a aquisição de viaturas e o subsídio anual. Em dezembro último os bombeiros de Ervedosa já receberam o veículo de desencarceramento e os bombeiros de S. João da Pesqueira o veículo de incêndios urbanos. Quanto aos valores que atribuímos às associações, estas recebem mais ou menos conforme as atividades que fazem. As associações fazem um plano de atividades, entregam-no, a Câmara analisa-o verificando quais são as atividades que estão relacionadas com o próprio objeto social da associação, e depois de ser realizada essa atividade trazem as despesas e só depois são validadas. Por exemplo, a associação do Clube de Caça e Pesca de Castanheiro do Sul, faz um plano de atividades e orçamento em que diz o que vai fazer, jornadas de caça, de salto, montarias, etc., e vai fazer o baile de fim de ano. O baile de fim de ano não tem nada a ver com as outras atividades da associação, portanto esta atividade é colocada de parte. Também é possível que de acordo com as atividades a desenvolver, seja feito um adiantamento em cada atividade, quando comprovam a realização da atividade, é-lhes ressarcido o restante valor da despesa efetuada. O XTrem recebeu conforme disse, nove mil euros porque realizou várias atividades. Percebe que alguns deles estraguem muito os caminhos, mas as atividades que normalmente estragam mais, são aquelas que são realizadas fora das atividades programadas. As atividades normalmente propostas são habitualmente passeios que fazem através dos caminhos e portanto não andam em competição, e para competição neste momento, já têm na Senhora do Monte e nos Ervilhais um espaço definido para as fazerem. Se se conseguisse tirar as motorizadas e os jipes dos caminhos em competição para locais específicos não estragariam nada. Pensa que ficou bem claro que as associações recebem todas conforme as atividades que realmente realizam, não é porque vem no plano um determinado montante para associação e se verifica que não fizeram nada que obriga a Câmara a proceder ao pagamento. Maior parte das associações apenas recebem o valor de duzentos e cinquenta euros, pretendendo este ser um incentivo. Se comprovada a não atividade consecutiva por parte das associações, devem

ser erradicadas. Quanto aos bombeiros de Ervedosa, o Senhor Joaquim Monteiro já foi sobejamente explícito, portanto, recebem menos neste momento, por causa do protocolo estabelecido com a Câmara Municipal uma vez que se adiantou o montante necessário à resolução financeira do quartel no montante de quatrocentos mil euros para que a associação não ficasse impedida de trabalhar. Julga ter informado o Senhor Joaquim Monteiro que relativamente à Pesqueiramiga, corresponde ao subsídio da mesma tendo em conta o protocolo com as IPSS. Só falta realmente responder à Senhora Maria Helena mas é um problema técnico comprometendo-se a enviar a resposta em devido tempo.

O Senhor Sebastião Mesquita retorquiu ao Senhor Presidente relativamente à resposta que deu. Diz só ter feito uma pergunta, não uma afirmação daquilo que está aqui escrito, se é resultado negativo é resultado negativo, o Senhor Presidente parece que ficou chateado com aquilo que lhe disse, tal como fico chateado quando dizem que a Câmara não tem pessoal a mais. Tem custos com pessoal a mais, esse pessoal tem que trabalhar. Tem é que se justificar por ter tanto pessoal ao serviço da Câmara Municipal. Entende estar-se a enganar as pessoas. É preferível apostar na criação de emprego forte, porque esta situação não trás rentabilidade nenhuma, nem é para o bem dos jovens que estão a ser enganados, nem para o futuro do concelho. Isso é que seria gestão para ajudar as empresas, ajudar a iniciativa privada, criar desenvolvimento. Isso é que seria gestão com vista ao futuro. Agora, gestão passageira, criar empregos para dois ou três anos, enquanto há subsídios, isso é volátil, desaparece e continuamos a ficar neste marasmo, nesta ilha, a gastar muito dinheiro dos nossos impostos, mal gastos, agora se as pessoas não se acomodam com estas situações parece que o Senhor fica chateado quando o alertam. São gastos de mais com pessoal, não se justifica gastar tanto dinheiro com pessoal, a verdade é esta. Está nos números apresentados. Estamos aqui para o alertar porque é nossa obrigação, o nosso dever é alertar e encaminhar o desenvolvimento do concelho para o futuro. Não é só pensarmos para três anos que depois acaba, depois quem cá ficar que se coce, não é prepararmos o futuro. Desenvolver o futuro do concelho, isso é que é importante. Acha que o município está a gerir mal as coisas, é um alerta que se faz.

O Senhor António Froufe pediu para dar uma explicação que consiste em alertar o Senhor Presidente da Câmara em relação à questão colocada pelo colega António Balça acerca dos noventa e um mil euros. A questão que colocou sobre os subsídios aos bombeiros, não tem nada a ver com a aquisição da viatura quatro vezes quatro que veio para os bombeiros da Pesqueira mas sim com os subsídios de compromisso entre a Câmara e os Bombeiros.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os valores atribuídos aos bombeiros são subsídios anuais. Relativamente ao Senhor Sebastião Mesquita, diz não ficar nada chateado, bem pelo contrário. Só respondeu à pergunta com o documento. Quanto à opinião da gestão do pessoal é uma opinião. Às vezes há pessoas que dizem que não existe pessoal para fazer o serviço todo. Uns querem mais outros menos. É uma opinião que respeita. No entanto reitera-se que é um facto e agradece, pois já o fez várias vezes, está-se nesta Câmara para trabalhar em conjunto e ouvir toda a gente sem que isso crie alguma situação de constrangimento. As opiniões valem o que valem e aceitam-se, agora não se pode deixar de aproveitar as situações que são

promovidas, nomeadamente através dos protocolos de parceria com o Centro de Emprego.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerando que estão esclarecidos todos os aspetos relativamente a este ponto da ordem de trabalhos considera estarem reunidas as condições de colocar à votação os documentos de Prestação de Contas do Ano de 2013. A proposta foi aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Silva Fernandes, Vítor Monteiro, Sebastião Mesquita, Vítor Tomé, Eduardo Coelho e Jorge Andrade e das Senhoras Lurdes Veiga, Marcolina Sequeira, Maria Helena e Anabela Lopes. Apresentaram declarações de voto a Senhora Marcolina Sequeira só para dizer que se abstém pelas mesmas razões que se absteve a Senhora Vereadora; o Senhor Vítor Monteiro por entender que é um documento meramente técnico e em boa verdade a sua formação não lhe permite fazer uma análise rigorosa deixando isso para as entidades competentes, como seja o Tribunal de Contas; a Senhora Maria Helena por considerar que não se deve pronunciar sobre o documento tendo em conta que o mesmo se reporta a um período em que não fazia parte deste órgão, e pelo facto de ser um documento muito extenso, o que implica algumas dificuldades na sua análise, de forma consciente e rigorosa.

O Senhor Silva Fernandes fez uma argumentação dizendo que se aprovaram os documentos de prestação de contas, mas junto ao documento encontra-se uma norma de controlo interno e um Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal que não entendendo para que é isso?

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que é assim, isto como disse, é um documento técnico do qual neste momento não consigo responder categoricamente porque tanto quanto sabe faz parte integrante do plano oficial de contabilidade. É uma norma que tem que estar aqui anexa, de acordo com o Decreto-lei 54-A/99, onde comporta a norma de controlo interno do próprio documento.

O Senhor Silva Fernandes refere que a Norma de Controlo Interno ainda pode aceitar, agora o Regulamento que esta a seguir? Quer que fique bem claro é que o que o ponto que se aprovou e no qual se absteve foi o Documento de Prestação de Contas. Não houve deliberação nenhuma do Regulamento da Norma de Controlo Interno nem do Regulamento de Inventário.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esses documentos fazem parte integrante do documento principal, portanto ao se aprovar, na sua modesta opinião, é aprovado todo o documento.

O Senhor Silva Fernandes retorquiu dizendo que se faz parte do documento, tinha uma pergunta a fazer: do Regulamento de Inventário, página duzentos e oitenta e um, afinal quando perguntou pelo património e me disseram que não o tinham, deram a resposta que deram, porque o inventário não está feito. As fichas de cadastro existem, a comissão de marcação dos imóveis está a funcionar, a colocação das placas, marcas e estacas nos edifícios do município estão postas. Vamos lá ver se faz parte?

O Senhor Presidente da Câmara informa não ter percebido, questionando, se fez em concreto alguma pergunta?

O Senhor Silva Fernandes diz que disseram anteriormente que este documento faz parte do documento de prestação de contas, certo? O artigo décimo diz que tem que estar feito um inventário dos bens do município, tem que haver ficha de cadastro, que a comissão de marcação de imóveis tem que funcionar e tem que colocar placas, marcos e estacas.

O Senhor Presidente da Câmara informa que não está feito na totalidade, dizendo que se está a fazer e já foi enviado pelos serviços, um documento, onde estão tipificados todos, tudo isso que está aí delimitado, está aí referenciado.

O Senhor Silva Fernandes lamenta ter que o contrariar, mas não é verdade, mandaram-me uma informação e eu queria dizer que a informação não está correta, foi da secção do património. A informação que me deram é que se eu quiser essa informação do património da Junta, disseram que tinha de perguntar a Junta. Isso não é resposta, mas está escrito.

O Senhor Presidente da Câmara relativamente às Juntas de Freguesia diz ter que analisar e ver realmente quem é que terá que responder, se é a Câmara, se são as Juntas de Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que é seu entendimento que esteja ultrapassada a questão, ou pelo menos esclarecida, podendo efetivamente dar continuidade à sessão.

### **PONTO 3- Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento ao Associativismo de Caça de Pesca;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições.

O Senhor Sebastião Mesquita refere que existe neste concelho um conselho cinegético municipal do qual faz parte, mas como representante dos proprietários não foi consultado, não reuniram o conselho municipal para fazer o regulamento. Houve uma única reunião que foi a de instalação. Quanto às ajudas que a Câmara atribui aos clubes em função das atividades, concorda em parte. A caça tem que ser encarada como uma forma de promoção do concelho para o exterior, pode ser uma atividade bastante rentável e não acha que a câmara a apoie corretamente. Se calhar com menos dinheiro faria um trabalho muito melhor. Os clubes de caça não são profissionais, são caçadores que por carolice se juntam e tentam levar as coisas a bom porto. O apoio de um funcionário camarário, para fazer a contabilidade, era bem-vindo. A gestão da caça tem de ser vista na íntegra, não pode ser vista concelho a concelho, freguesia a freguesia, associação a associação. Pode haver guardas florestais apoiados pela câmara para a vigilância no período de verão. Com a questão dos incêndios, deve haver trabalho num leque mais vasto reunindo sinergias. Não há grande diferença deste regulamento para o anterior. Há umas pequenas alterações. Acha que devia ser visto de uma forma mais integrada e mais criteriosa.

O Senhor Vítor Monteiro acha que a câmara pode e deve ajudar as associações, mas não nos podemos esquecer que as associações são dos associados sendo eles que devem arranjar formas de se autofinanciar. As associações que prestam um serviço à comunidade devem ser ajudadas no pagamento desse mesmo serviço. Há outras das quais só teve conhecimento delas quando leu o relatório de contas, porque nem as conhecia. Sobre o regulamento, apresenta algumas dúvidas: no artigo quarto na alínea d) diz que para apresentar a candidatura tem que apresentar um plano de atividades, depois quando se chega às penalizações diz que a inexistência de plano de atividades é objeto de penalização; na alínea a) recusa a participação em atividades antecipadamente solicitadas pelo município de S. João da Pesqueira valor mínimo da penalização que é de cinquenta por cento, mas cinquenta por cento de quê? No artigo dez alínea e), diz respeito

à comparticipação para aquisição de viatura que vai a um limite elegível de vinte e cinco mil euros, mas qual é o espaço temporal? Anual? Nas despesas correntes constam trezentos euros, mas o artigo dez começa assim: "apoios concedidos à organização desenvolvimento de atividades regulares". Ficou na dúvida se esta despesa corrente são trezentos euros semanais ou anuais. O Senhor António Balça referiu-se muito genericamente a todos os regulamentos. O executivo municipal está a regulamentar todas estas situações e tenho que o felicitar. Não tive oportunidade de falar no regulamento que me dizia bastante respeito, mas seria unicamente também para o felicitar na abertura que tiveram para a criação desse, pois muito favorece os agricultores. Partilha um pouco a preocupação do Senhor Sebastião Mesquita porque já estive à frente da zona de caça municipal da sua terra, criada pela Junta de Freguesia e uma das lacunas que se constatavam era a fiscalização. A criação pela Câmara de guardas florestais seria uma mais-valia. Sobre o associativismo acha que vem ajudar a resolver algumas situações. As associações dinâmicas que apresentem trabalho, e que demonstrem atividade em benefício das suas terras e do próprio concelho devem ser ajudadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Senhor Vítor Monteiro, dizendo que como os regulamentos já foram presentes a discussão pública, mas há sempre algo que passa, e concretamente responde ao Senhor Sebastião Mesquita que quanto à caça o nosso entendimento é o mesmo. O apoio à caça não é para andarmos aos tiros indiscriminadamente. Ao dinamizar esta atividade, sabemos que trás muito turismo e é uma mais-valia que muito honra o nosso concelho, as associações são apoiadas de maneira diferente, umas são turísticas outras associativas e outras municipais. As municipais são mais abrangentes do que as associativas e mais que as turísticas. As turísticas são pagas na totalidade. As câmaras não têm vocação para gerir associações. Quem deve gerir é a direção das mesmas. A Câmara só tem a obrigação de ajudar. O regulamento de certa forma vem ajudar mas além do regulamento, têm a sua própria gerência. Havendo assuntos pontuais a Câmara encontra-se disponível a ajudar na sua resolução. Para se candidatarem têm de apresentar o plano de atividades para o próximo ano, cópia da aprovação da ata pela direção. Se não apresentarem esses documentos automaticamente serão excluídas nos apoios. Vamos imaginar uma associação que tem no plano de atividades uma montaria, nessa montaria conforme o regulamento teria de receber para despesas por exemplo cinco mil euros. Se essa associação se recusar a participar numa atividade proporcionada pela câmara em vez de cinco mil euros vai só receber cinquenta por cento. Quanto à comparticipação de vinte por cento na aquisição de viaturas até ao financiamento elegível máximo de vinte mil euros, a comparticipação não é toda da câmara, estamos a falar em vinte por cento, oitenta por cento têm de ser suportados pela associação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse estar-se em condições de poder votar o ponto três tendo colocado o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com as abstenções dos Senhores Sebastião Mesquita, Eduardo Coelho e Senhora Marcolina Sequeira.

O Senhor Sebastião Mesquita fez declaração de voto:

" Abstenho-me sobre este regulamento da lei da caça porque considero que não foram contactadas as pessoas diretamente ligadas da gestão da caça a nível municipal nomeadamente o conselho cinegético municipal poderia ter alguma palavra a dizer para reunir e melhorar este respetivo regulamento

sendo assim não faz sentido existir o conselho cinegético municipal da qual também faço parte."

**PONTO 4 – Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Apoio e financiamento ao Associativismo Cultural, Recreativo, Desportivo e Juvenil;**

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições para a discussão deste ponto, tendo pedido a palavra a Senhora Marcolina Sequeira e o Senhor António Froufe.

A Senhora Marcolina Sequeira queria só lembrar que quem ouviu falar o Senhor António Balça, parece que é a primeira vez que vê vir à assembleia um regulamento. Já em mandatos anteriores, não só nos quais foi vereadora, mas também em anos anteriores, sempre houve regulamentos que vieram a esta assembleia para aprovação. Estes regulamentos não são senão uma prática não só deste mandato, mas de mandatos anteriores. Não é nada de novo, ninguém inventa nada está tudo inventado. A única coisa a fazer é acrescentar ou retirar o que consideramos pertinente para os melhorar. Relativamente ao regulamento municipal de apoio ao financiamento do associativismo cultural, recreativo, desportivo e juvenil, gostaria de fazer alguns apontamentos. O Senhor Presidente da Câmara vai desculpar mas a resposta que deu ao Senhor Vítor Monteiro, não satisfaz, espero que não diga como habitualmente diz, que são opiniões, porque isso não tem nada a ver com opiniões. Diz que as candidaturas são apresentadas com o plano de atividades. Sem plano de atividades essa associação não é candidatável, está posta de parte. É ou não penalizada se não apresentar o plano de atividades? Não posso concordar com uma situação. Antigamente atribuíam-se um subsídio e as associações geriam o subsídio de acordo com aquilo que melhor lhes parecia. Não se atribuindo subsídios às associações, elas não podem gerir o subsídio da forma que lhes convém. Depende do conceito de cada um não ficando com dinheiro disponível para transporte, não concordando. Exemplifica: o Rancho Folclórico de Soutelo e da Banda Filarmónica de Nagoselo do Douro, se tiverem uma saída para o Algarve, Porto ou Lisboa, os mil euros esgotam-se numa viagem. Onde se poderá obter verba se não existir subsídio? O município atribui-lhes o pagamento de algumas verbas com a apresentação de faturas. Para pagarem despesas com atividades e eventos culturais, para receberem setenta e cinco por cento das despesas elegíveis, até dez mil euros têm que gastar para aí quinze mil euros?

O Senhor António Froufe como Presidente da Associação Sócio Cultural de Trevões diz não ter colaborado na realização deste regulamento. Concorda com muitas situações, mas não concordo com outras. A Senhora Marcolina Sequeira falou no caso do transporte, o qual é preocupante no futuro. A verba de trezentos euros é impraticável, não se consegue manter a Associação Sócio Cultural de Trevões porque temos o museu aberto, sendo impossível mantê-lo com este valor anual. Quanto aos apoios concedidos a dúvida é se este setenta e cinco por cento das despesas com atividades é anual ou por atividade? A nossa associação enquadra-se nas associações culturais e recreativas, mas também temos a componente do desporto. No nosso plano há três ou quatro atividades que são relacionados com o desporto. Será que também podemos concorrer a essas atividades?

O Senhor Vítor Monteiro pensa que todos têm a mesma preocupação que é tratar-se todos os municípios com equidade. Entretanto deu conta que na alínea d) relativamente à comparticipação para aquisição de viatura, até

um financiamento máximo elegível de vinte mil euros, pode ser concedido uma vez em cada cinco anos. Entende que esse prazo deve ser para todos, evitando que para alguns seja anual, achando que isso não é correto. Ou é cinco anos para todos ou não devem ser considerados os anos para ninguém.

O Senhor Presidente da Câmara entende por bem que cada vez que tenha de ser colocado à discussão pública durante trinta dias qualquer regulamento, estes serão enviados a todos os Membros da Assembleia. Atenta a que várias sugestões de associações interessadas fizeram chegar pontos que foram discutidos, nomeadamente associações de caçadores, associações filarmónicas, e escolas de música. Alguma coisa está a falhar em relação ao que se está a discutir. Respondendo à Senhora Marcolina Sequeira disse assegurar sempre o transporte a todas as associações, com os meios existentes ou meios externos. Estão fora de causa os mil euros, serve para resolver uma situação que saia fora do controle e se não consiga agilizar. Todos os transportes dos elementos das associações têm sido assegurados pela autarquia. Em relação ao Senhor António Froufe relativamente à pergunta que fez, é possível a participação na parte desportiva uma vez que ela é cultural. Em situações que estejam omissas, serão resolvidas com critérios de razoabilidade. Se é uma associação cultural que engloba também o desporto é possível integrar essas atividades no plano. Como já referido antes pelo Senhor Vítor Monteiro e pela Senhora Marcolina Sequeira, o facto de se solicitar o plano de atividades é penalizador, mas é uma forma de salvaguarda para a autarquia. O Senhor Vítor Monteiro fez outra pergunta sobre o valor a atribuir ser para uns de cinco anos e outro não. Acha-se que em algumas associações é mais fácil gerir as verbas durante os cinco anos do que noutras. As associativas só se precisarem de outra viatura é que a irão adquirir.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarece que a discussão anterior, relativamente ao envio dos regulamentos aos Membros da Assembleia, já tinha sido aprovada em Assembleia anterior.

A Senhora Marcolina Sequeira fez apenas uma chamada de atenção para não ser tão severo nas penalizações uma vez que sabe perfeitamente que depois não há coragem política para penalizar as associações.

O Senhor Vítor Monteiro reconhece, e faz aqui meia culpa, por achar que pelo facto do regulamento ter estado em discussão pública, deveria ter tido mais cuidado na sua análise. Acha que se usam dois pesos e duas medidas. Se o Senhor Presidente acha que um clube não vai andar a comprar carros todos os anos, também digo que essa associação não os vai comprar todos os anos. Simplesmente retirava-se o limite temporal.

O Senhor Presidente da Câmara pôs à consideração a correção que permita manter ou retirar a questão temporal de acordo com a opinião do plenário.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário: a situação temporal de cinco anos, para aquisição de viatura com a comparticipação que está prevista em regulamento. Foi a proposta aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara para não haver dúvidas referiu que se está a falar do regulamento municipal de apoio e financiamento ao associativismo de caça e pesca, que já foi aprovado, e incluir no artigo décimo, alínea e), prazo de cinco anos.

A Senhora Marcolina Sequeira manifesta a sua posição, esclarecendo que se de facto o regulamento for para cumprir integralmente vota contra. Se



houver flexibilidade, que acredita que sim, como diz o Senhor Presidente da Câmara, vota a favor.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarece que já foi posto à consideração após o regulamento aprovado. Uma vez que surgiu a dúvida no regulamento seguinte, retifica-se também no anterior e ratifica-se com a votação da assembleia. Disse ainda que as palavras são também atos ficando registado na gravação e na ata. Temos que confiar na boa-fé. Vamos proceder à votação da proposta do regulamento municipal de apoio e financiamento ao associativismo cultural, recreativo, desportivo e juvenil. Colocou à votação a proposta a qual foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 5 – Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Ação Social;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceitou a inscrição da Senhora Marcolina Sequeira.

A Senhora Marcolina Sequeira disse que este regulamento foi a transcrição para o papel daquilo que já na prática se fazia. Não concorda na regulamentação das ajudas técnicas. Acha que estão a solicitar certificações e justificações exageradas. Exemplificando, acrescenta que se precisar de uma cadeira de rodas para a sua mãe, se a câmara tem tantas, porque não pode emprestar? Não ficará com ela eternamente, devolvê-la-á. A Câmara tem bastantes, não sabe porque só são emprestadas as cadeiras de rodas a pessoas com carências. Ser carente é tudo muito relativo. Vão-se só emprestar a quem tem rendimentos inferiores ao determinado pelo rendimento mínimo nacional? Não concorda. Se houver também a tal flexibilização, poderá ter possibilidades de comprar uma cadeira de rodas, mas o vizinho pode não ter, mas se precisarem de uma cadeira de rodas por cinco dias, acha que não vão estar a comprá-la. Se puder comprar uma cadeira de rodas e depois a quiser doar à Câmara também a aceitam. Acho que também tem que haver flexibilidade, e se a houver vota a favor.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a confiança na sua palavra, esta situação também serve para salvaguardar pessoas que infelizmente não pensam tão abertamente e tão honestamente como foi dito. Há muita gente que acaba por ter os utensílios, acabam por não precisar deles e não se consegue de certa forma controlar. Os regulamentos são para cumprir. Como se sabe não iríamos deixar ninguém que realmente precisasse, numa situação de dificuldade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto cinco, tendo sido aprovado por unanimidade.

**PONTO 6 – Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para o Núcleo Local de Inserção.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu para ser feita a distribuição do documento que o Senhor Silva Fernandes entregou à Mesa para ser distribuído por todos. Simultaneamente pediu para entregarem os boletins de voto, com o nome de cada Presidente de Junta e no qual colocarão uma cruz, para a designação de um representante de Junta de Freguesia para a representação no Núcleo Local de Inserção.

O Senhor Silva Fernandes interveio esclarecendo que a entrega do documento que pediu para mandar distribuir é um resumo. O Senhor Manuel Martins tem feito o favor de ter transmitido ao longo destes anos as

informações periódicas do rendimento social de inserção e com base nos documentos que tem entregado resolveu fazer esta comparação. Verifica-se que de dois mil e doze para dois mil e catorze reduziram vinte e oito casos de inserção social. Isto tem a ver fundamentalmente com as regras que são mais apertadas, tem a ver com o facto de pessoas que não queriam trabalhar e quando solicitadas para o fazer terem desistido, e também a exigência da assinatura de um contrato, perante essa responsabilização a certa altura dá-se a desistência. Considera que é um problema sério. O rendimento social de inserção deve existir para quem precisa e não para quem não quer trabalhar. Acrescentaria que para que esta informação fique completa seja quem for o Presidente de Junta que venha a ser eleito, deveria ser acrescentado o valor que se gasta com este rendimento. O valor não é igual para todas as famílias um vez que varia conforme seja um adulto ou seja um menor e portanto pode-se estar a falar de uma família com três pessoas em que são dois adultos, ou pode-se estar a falar de uma família em que é só um casal. Era esta observação que queria fazer. Felicito o trabalho que tem sido feito nestes dois últimos anos pela equipa do rendimento mínimo social.

O Senhor Joaquim Monteiro informa o plenário que também é um dos possíveis eleitos, mas que já se faz representar através da instituição que preside, por ele próprio ou pela técnica que está na associação. Não faz muito sentido ser eleito. É só para alertar para este facto. Tem o seu sentido de voto claro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou cada membro da Assembleia para depositar o seu voto na urna e depois de contados os votos os resultados foram os seguintes: Senhor Eduardo Coelho - um voto; Senhor Manuel Martins - dezasseis votos; Senhor António Froufe seis votos; dois votos em branco, totalizando vinte e cinco votos uma vez não estar presente o Senhor Vítor Tomé. Foi designado o Senhor Manuel Martins.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a votação da aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco e seis, tendo sidos provados por unanimidade. Concluídos os trabalhos refere que espera que este ânimo seja efetivamente a nossa pauta em termos de Assembleias Municipais e assim se consiga fazer com que o nosso concelho seja cada vez mais visível, sem ser apenas, e só, através das notícias dramáticas como as neste momento vindas de Trevões e Espinhosa.

#### **ENCERRAMENTO:**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão, às vinte horas. Foi lavrada a presente ata que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos membros que compuseram a mesa.

